

WPS

WORKING
PAPER
SERIES

Ano 2, num. 3, 2016-2017

ISSN: 2448-5470



CISS
SEGURIDADE SOCIAL
PARA O DESENVOLVIMENTO

PORTUGUÊS

Conferencia Interamericana de Seguridad Social



**Centro Interamericano de
Estudios de Seguridad Social**

Este documento forma parte de la producción editorial de la Conferencia Interamericana de Seguridad Social (CISS)

Se permite su reproducción total o parcial, en copia digital o impresa; siempre y cuando se cite la fuente y se reconozca la autoría.

WPS | **WORKING PAPER SERIES**

Ano 2, no. 3
Outubro 2016 - Abril 2017



CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE SEGURIDADE SOCIAL

Presidente

Mikel Arriola Peñalosa
Instituto Mexicano de Seguro Social, México

Vice-presidente

Richard Graham
Administração de Seguridade Social, Estados Unidos da América

Vice-presidente

Christian Cruz Rodríguez
Superintendência de Bancos, Equador

Vice-presidente

Emilio Basavilbaso
Administração Nacional de Seguridade Social, Argentina

Controlador

Eduard del Villar Liranzo
Conselho Nacional de Seguridade Social, República Dominicana

Secretário-Geral

Omar de la Torre de la Mora
Conferência Interamericana de Seguridade Social (ciiss)

Diretor

Reginald Thomas
Centro Interamericano de Estudos de Seguridade Social (ciess)

Coordenação da Working Paper Series

Secretaria Geral da ciiss

José Antonio Alvarado Ramírez
Coordenador Geral

Ingrid Hernández-Ardieta Boix
Diretora de Projetos

Comitê Editorial

Silvia Elena Giorguli Saucedo / Colmex
José Ignacio Campillo García / Funsalud
Raúl Contreras Bustamante / Faculdade de Direito, UNAM
Enrique Fajardo Dolci / Faculdade de Medicina, UNAM
Ricardo Humberto Cavazos Cepeda / IMSS

Coordenadora Editorial

Liliana Charles Cruz
ciiss

D.R. © Conferência Interamericana de Seguridade Social
San Ramón s/n
Col. San Jerónimo Lídice
Del. Magdalena Contreras
C.P. 10100, Cidade do México

WPS Working Paper Series, Ano 2, Nº 3, outubro de 2016 – abril 2017, é uma publicação semestral editada e distribuída pela Conferência Interamericana de Seguridade Social; calle San Ramón s/n, colônia San Jerónimo Lídice, delegação Magdalena Contreras, código postal 10100, Cidade do México, México; telefone: +52 (55) 55950011 e +52 (55) 53774700; <www.ciiss.net>. Editora responsável: Liliana Charles Cruz. Certificado de Reserva de Direitos ao Uso Exclusivo núm. 04-2017-101215493100-102; ISSN 2448 - 5470, Impressa por Impresora Peña Santa, Sur 27, núm. 457, mz. 44, colônia Leyes de Reforma 2a seção, delegação Iztapalapa, código postal 09310, Cidade do México. Esta edição foi impressa na Cidade do México, no México, no mês de setembro de 2017, com uma tiragem de 200 exemplares.

Este trabalho está publicado sob a responsabilidade da Secretaria Geral da ciiss. As opiniões emitidas aqui e os argumentos utilizados não refletem necessariamente a visão oficial da Conferência ou de seus membros.

A reprodução total ou parcial sem fins comerciais é permitida desde que a fonte seja citada.

Tradução de materiais para o português: Luciana Yonekawa

Diagramação das páginas e curadoria editorial: María de Guadalupe González Aragón • Eloísa Escalante González / Tecnigraf.

Design da capa: Alejandra Arredondo / Unidade de Comunicação Estratégica para o Desenvolvimento / ciiss.

Conteúdo

Apresentação	5
Seguridade social na América Latina: evolução, reformas recentes e perspectivas Daniel Maceira	7
Migração laboral: desafios e oportunidades para a proteção social Gabriel Martínez	69
Efeitos redistributivos do Programa Nacional de Financiamento ao Microempresário e à Mulher de Áreas Rurais no México Um estudo com enfoque de gênero Cindy Paola Rangel Pérez e Joana Cecilia Chapa Cantú	109

Apresentação

A Conferência Interamericana de Seguridade Social (CISS) é um organismo internacional, técnico, especializado e permanente, fundado em 1942 com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da proteção e da seguridade social na América. Desde que foi criada, a Conferência reconhece a importância das políticas de proteção e seguridade social na busca pelo bem-estar de todos e no apoio ao desenvolvimento econômico e social dos países. Devemos agora reconhecer que estamos em um momento de novos desafios, como: novos mercados e relações de trabalho, mudanças demográficas, sustentabilidade e cobertura universal, entre outros. Todos representam grandes provocações à proteção e a seguridade social.

A CISS tem como missão a melhoria da qualidade de vida de todos, por meio do fortalecimento das instituições para o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas inclusivas de proteção e de seguridade social no continente americano. Com isso, a Conferência espera converter-se no maior referencial nesses temas.

Atualmente, nosso conjunto de membros – formado por mais de 80 instituições de seguridade social de 37 nações do continente americano – busca encontrar soluções integrais e duradouras que, de forma inovadora, ofereçam respostas a estas condições. O trabalho da CISS é estar sempre presente, com muita vontade de enfrentar estes desafios e oferecendo assistência técnica, gestão e difusão de conhecimento ou intercâmbio de boas práticas, além de outras ações de cooperação.

Nessa linha de trabalho, a publicação semestral *Working Paper Series* tem o objetivo de contribuir para o fortalecimento institucional, para a geração de conhecimento e para o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas, para o exercício de direitos e a qualidade de vida de todos.

Com esta publicação, a CISS reforça seu compromisso com a difusão de pesquisas de excelência sobre questões relacionadas à proteção e à seguridade social, e também com a comunicação dinâmica e flexível entre seus membros, especialistas e pesquisadores do tema. Assim, os artigos difundidos buscam trazer à luz temas atuais e tendências internacionais relacionados a pensões, saúde, emprego e migração, entre outros. Além disso, há um interesse especial em estudos sobre temas relativos a direitos humanos e políticas inclusivas (infância, idosos, pessoas com deficiências, gênero e grupos em situação de vulnerabilidade).

Esta edição apresenta três artigos. O primeiro foi elaborado por Daniel Maceira, Doutor em Economia pela Universidade de Boston, especialista em economia da saúde e organização industrial; atualmente, ele é pesquisador-titular do Centro de Estudos de Estado e Sociedade (Cedes), na Argentina. Seu artigo apresenta uma análise geral dos modelos de seguro social em sentido amplo, e em seguida se concentra especificamente nos sistemas de seguro social em saúde na América Latina.

O segundo trabalho desta edição foi escrito por Gabriel Martínez, Doutor em Economia pela Universidade de Chicago e que é, atualmente, diretor do Mestrado em Políticas Públicas do Instituto Tecnológico Autônomo do México (ITAM). Em sua pesquisa, ele analisa as tendências da migração laboral nas Américas, desde o ponto de vista da portabilidade de direitos durante as diferentes etapas do ciclo migratório, tanto a

partir do ponto de vista do migrante (regular ou irregular) quanto de suas famílias, e apresenta recomendações para melhorar o acesso dos migrantes à proteção da seguridade social.

Finalmente, esta edição traz um artigo produzido por Joana Chapa, Doutora em Economia pela Universidade de Barcelona e, atualmente, diretora do Centro de Pesquisa Econômica (CIE) da Universidade Autónoma (UANL) de Nuevo León, no México, e por Cindy Rangel, formada pela Faculdade de Economia da UANL. Nesse estudo, elas analisam os efeitos decorrentes do Programa Nacional de Financiamento ao Microempresário e a Mulheres de Áreas Rurais (Pronafim) na geração e redistribuição de renda de homens e mulheres no México. Para realizar o estudo, elas usaram o Modelo de Multiplicadores Contábeis com uma inovação: incorporar o trabalho doméstico não remunerado como uma atividade econômica realizada por homens e mulheres.

Esperamos que estes artigos sejam uma boa contribuição para a discussão e a elaboração de políticas públicas nos temas que fazem parte da agenda de temas relacionados à proteção e à seguridade social na CISS.

Cidade do México, outubro de 2017

Efeitos redistributivos do Programa Nacional de Financiamento ao Microempresário e à Mulher de Áreas Rurais no México Um estudo com enfoque de gênero

CINDY PAOLA RANGEL PÉREZ*
JOANA CECILIA CHAPA CANTÚ**

Resumo

Este artigo quantifica os efeitos do Programa Nacional de Financiamento ao Microempresário e às Mulheres de Áreas Rurais (Pronafim) sobre a geração e a redistribuição de renda no México, a partir de uma perspectiva de gênero. Para isso, foi reformulado um modelo de multiplicadores contábeis que reúne de forma endógena as relações renda-gasto entre: 31 setores econômicos; dois tipos de famílias (as chefiadas por homens e as chefiadas por mulheres); quatro tipos de ocupações (assalariados, empregadores, por conta própria e trabalhadores sem remuneração); e o trabalho doméstico não remunerado, por gênero. As atividades produtivas mais beneficiadas em termos de rendimento expandido e que melhoram seu posicionamento na distribuição da renda do país são o comércio e os serviços de alojamento temporário e de preparação de alimentos e bebidas; quanto às famílias, mesmo que a renda de ambos tipos aumente, apenas as famílias chefiadas por homens melhoram seu posicionamento na distribuição de renda do país.

1. Introdução

O México é um dos países com os mais altos níveis de desigualdade no cenário internacional. Em 2014, seu Coeficiente de Gini¹ foi de 48,2, número bastante superior aos encontrados em países industrializados como a Alemanha, que apresentava um Coeficiente de 30,13 pontos. De acordo com Germán-Soto e Chapa (2015), um dos resultados do baixo crescimento econômico nas últimas décadas é que a desigualdade do México vem se mantendo quase constante.

A desigualdade de renda não apenas se reflete na diferença que existe entre pessoas ricas e pobres, mas também na diferença de recursos entre homens e mulheres. Um dos principais fatores que provoca esta desigualdade de renda entre gêneros é o fato que as mulheres não contam com as mesmas oportunidades no mercado de trabalho. Mesmo que elas tenham alcançado algumas conquistas no cenário laboral nas últimas décadas, o tempo que dedicam às atividades produtivas difere muito do tempo que os homens dispensam a essas atividades. É precisamente esta diferença entre as tarefas que homens e mulheres realizam em casa (trabalho doméstico não remunerado) e no mercado de trabalho o que determina algumas das desigualdades de gênero mais importantes no país.

* Escola de Economia, Universidade Autónoma de Nuevo León, no México.

** Professora de tempo integral na Faculdade de Economia da Universidade Autónoma de Nuevo León.

¹ De acordo com dados do Banco Mundial.

Os resultados da Pesquisa Nacional de Ocupação e Emprego (ENOE), realizada pelo Instituto Nacional de Estatística e Geografia do México (Inegi), do último trimestre de 2016, mostram que, em média, uma mulher ocupada destina 20% a mais de tempo a atividades econômicas e não econômicas que um homem ocupado; além disso, uma mulher desocupada utiliza 120% a mais de horas a atividades econômicas e não econômicas que um homem desocupado; e uma mulher economicamente inativa dedica 45% a mais de horas a atividades econômicas e não econômicas que um homem economicamente inativo. Em termos de salários, em 2015, por cada peso mexicano de salário de um homem, uma mulher nas mesmas condições ganhava em média 79 centavos, ou seja, 21% a menos (Chapa e Ramírez, 2017).

A força de trabalho feminina aumentou sua participação em 2,1% na economia mexicana entre os anos de 2003 e 2008², passando de 37,8% em 2003 a 39,9% em 2008; dessa forma, alcançou uma taxa de crescimento média anual de 5,5%, superior à registrada pela força de trabalho masculina, que aumentou 3,6%³. Em termos de setores da economia, as mulheres estão empregadas principalmente no setor de serviços e no comércio.

Esta redução na desigualdade de participação laboral entre mulheres e homens pode estar relacionada ao fato que a taxa de crescimento populacional das mulheres vem aumentando mais que a dos homens – entre os anos de apuração das informações dos censos econômicos, ou seja, entre 2003 e 2008, a taxa de crescimento populacional feminina foi de 6,71% contra 5,84%⁴ da masculina. No entanto, mesmo que a população de mulheres na força laboral tenha aumentado – talvez devido ao crescimento populacional feminino – isso não implica necessariamente que as mulheres tenham conseguido trabalhos remunerados de maior qualidade.

Sendo assim, o maior crescimento populacional em comparação ao dos homens propicia um cenário desfavorável para a mão de obra feminina porque, quando não podem ser absorvidas pelo mercado de trabalho, essas mulheres acabam em atividades informais e/ou não remuneradas.

O relatório *Desigualdade de gênero no trabalho*, publicado pelo Instituto Nacional das Mulheres do México em setembro de 2008, revela que 10,4% das mulheres que trabalham o fazem sem receber nenhum pagamento em troca, em comparação com apenas 5% dos homens na mesma situação. Geralmente as trabalhadoras não remuneradas desempenham atividades relacionadas a trabalhos domésticos.

Além disso, o estudo menciona também que a maior proporção de trabalhadoras não remuneradas está no setor do comércio, principalmente nos restaurantes, com 56% de concentração, diferentemente dos homens, que se concentram no setor agropecuário (60,6%). Com relação aos grupos por idade, a maior parte das mulheres ocupadas que não recebem remuneração monetária têm entre 20 e 60 anos,

² Censos econômicos de 2004 e 2008 do Instituto Nacional de Estatística e Geografia do México (INEGI).

³ INEGI, 2011.

⁴ Projeções do Conselho Nacional de População (Conapo), do México.

enquanto a maior parte dos homens ocupados não remunerados têm entre 14 e 50 anos de idade.

No entanto, as mulheres não apenas têm menos oportunidades de obter um emprego remunerado, mas também poucas possibilidades de conseguir um financiamento adequado que lhes permita desenvolver e expandir suas ideias de negócios. De acordo com o Relatório de Resultados 2010 da Pesquisa Nacional de Competitividade, Fontes de Financiamento e Uso de Serviços Financeiros das Empresas (Enafim), realizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em parceria com a Comissão Nacional Bancária e de Valores do México, a cada 10 empresas, seis são negócios de família, oito têm um homem como dono e nove estão registradas na Fazenda.

Isto mostra implicitamente que os negócios conduzidos por mulheres desde suas casas ainda permanecem na penumbra da informalidade. Os resultados deste relatório também revelam que, de cada 100 empresas, 43 informam ter utilizado créditos de intermediários financeiros, sendo o crédito de fornecedores o mais empregado: 55 de cada 100.

Esse precedente indica que a maior parte das empresas criadas não utiliza créditos de intermediários financeiros estabelecidos, o que pode em grande medida estar ligado ao fato que a população de baixa renda não tem as mesmas oportunidades de receber um financiamento que permita-lhes impulsionar seus projetos produtivos.

Devido a essa problemática, a Secretaria de Economia do México implementou em 2001 o Programa Nacional de Financiamento ao Microempresário e às Mulheres de Áreas Rurais (Pronafim). O programa foi criado com o objetivo de apoiar, em populações urbanas e rurais, iniciativas produtivas e empreendimentos de homens e mulheres de baixa renda que não têm acesso a financiamento de bancos tradicionais, para melhorar suas condições de vida, criando oportunidades de trabalho autônomo, geração de renda e empregos.

Além disso, o Pronafim oferece auxílios (monetários e não monetários) a fundo perdido a organizações, destinados à difusão, promoção e operação de esquemas de microseguros e de capacitação ao microempresário. Desde 2007, cerca de 80% dos beneficiários são mulheres.

A partir desta conjuntura, o principal objetivo desta pesquisa é quantificar os efeitos expansivos e redistributivos do Pronafim no México, com um enfoque de gênero. Para isso, serão usados o Modelo de Multiplicadores Contábeis desenvolvido por Pyatt e Round (1990) e a metodologia de matrizes de redistribuição da renda de Polo, Roland-Holst e Sancho (1991), que capturam o mecanismo do fluxo circular da renda, isto é, a geração, distribuição e destinação de recursos da renda. O modelo permite determinar em quanto se expandem os ganhos das famílias chefiadas por homens e por mulheres, e se melhoram seu posicionamento na distribuição de renda no México.

Há vários exemplos de aplicação da metodologia de contabilidade social no âmbito internacional. No entanto, poucos trabalhos usam um enfoque de gênero; apenas há os de Fontana e Wobst (2001), em Bangladesh; Siddiqi (2005), no Paquistão; Wanjala e Were (2009), no Quênia; e Debowicz e Golan (2012), Arellano e Chapa (2017), e Chapa, Luna e Enríquez (2016), no México. Além disso, pelo que sabemos, não existe nenhum antecedente de um trabalho que trate do impacto econômico de um programa para microempresários com perspectiva de gênero no México.

Sendo assim, na primeira seção há uma descrição geral do Pronafim; em seguida, detalham-se as características gerais da matriz de contabilidade social do México em 2008, para depois formular o modelo de multiplicadores contábeis e as matrizes de redistribuição da renda. O artigo termina com uma seção de discussão de resultados, uma de conclusões e a bibliografia.

2. Programa Nacional de Financiamento ao Microempresário e às Mulheres de Áreas Rurais

O Programa Nacional de Financiamento ao Microempresário e às Mulheres de Áreas Rurais (Pronafim) é um programa federal do México subordinado à Secretaria de Economia, que opera com dois fundos públicos não considerados paraestatais: o Fundo do Programa Nacional de Financiamento ao Microempresário (Finafim) e o Fundo de Microfinanciamento a Mulheres de Áreas Rurais (Fommur), que têm a Secretaria de Fazenda e Crédito Público (SHCP) como gestora, e a Nacional Financeira S.N.C. (Nafinsa), como fiadora.

Dessa forma, ambos fundos se encarregam de canalizar recursos por meio de Instituições de Microfinanciamento (IMF) e de Organismos Intermediários (OI) credenciados e legalmente constituídos, para que eles outorguem apoios creditícios e não creditícios à população alvo.

O Pronafim surgiu no ano de 2001, com o nome de Programa Nacional de Financiamento ao Microempresário, com o objetivo principal de contribuir para o estabelecimento e a consolidação do setor de microfinanças, e pelo qual homens e mulheres de baixa renda pudessem ter acesso fácil a um financiamento que os permitisse iniciar e operar suas atividades produtivas.

Dessa forma, o programa poderia, por um lado, fortalecer uma rede de instituições de microfinanciamento que pudesse solidificar o setor microfinanceiro do país, pois os recursos outorgados à população alvo eram canalizados por meio das IMF e OI; e, por outro lado, apoiar a toda a população marginalizada que quisesse empreender algum projeto produtivo viável.

Na população alvo havia grupos solidários (grupos de pessoas físicas organizados com base na metodologia estabelecida pelas IMF e OI, que vivessem na mesma comunidade) e beneficiários individuais (pessoas físicas de baixa renda) pertencentes a comunidades marginalizadas urbanas ou rurais de todo o país que tivessem projetos

produtivos viáveis de serem financiados e que não contassem com acesso a serviços financeiros do sistema bancário tradicional.

Os auxílios creditícios, distribuídos inicialmente pelo fundo do Programa Finafim às IMF e OI, não deveriam exceder 22% do teto financeiro autorizado pelo Comitê Técnico para a contribuição temporária creditícia de acordo com o orçamento outorgado pelas secretarias de Fazenda e Crédito Público e de Economia, nem ser menor que 50 mil pesos mexicanos. Em 2008, o valor mínimo subiu a 500 mil pesos; no entanto, o teto mudou em 2008 e 2012 – foi de 10% e 12%, respectivamente, e em 2015 o teto voltou a ser de 10%.

Quanto ao custo do crédito, o Comitê Técnico do programa decidiu que ele seria determinado de acordo com as taxas de juros dos Certificados do Tesouro (Cetes) de 28 dias, mais uma margem estabelecida pelo mesmo comitê. Por outra parte, os valores máximos de auxílios e taxas de juros sobre as dívidas não pagas que as IMF e OI oferecessem à população alvo seriam estabelecidos a partir de suas próprias regras e custos operativos, bem como de acordo com as condições do mercado.

Por outro lado, os auxílios não creditícios eram dedicados a assistência técnica, capacitação, desenvolvimento de sistemas e participação de grupos multidisciplinares em empreendimentos produtivos, com o fim de desenvolver e fortalecer as redes das IMF. Inicialmente, estes auxílios não deveriam ultrapassar 15% do valor do apoio creditício autorizado, nem ser menor que 5 mil pesos.

No entanto, em 2012 estas condições mudaram: a partir de então os valores dos auxílios dependiam dos tamanhos das IMF e das OI; quanto maior fosse a instituição, menor era o auxílio dado. Além disso, os auxílios a fundo perdido estavam destinados à criação de IMF e à fundação de sucursais de tais instituições que, também a partir de 2012, dependiam do tamanho das IMF e das OI.

O Pronafim funcionou assim durante 15 anos, antes de sua fusão com o Fommur. Teve um grande alcance ao longo desses anos: em 2001, beneficiou 48.132, e passou a beneficiar 406 mil em 2015; ou seja, a população atendida pelo programa com as IMF e as OI aumentou em 744%. Vale a pena destacar que a maior parte dos beneficiários era mulheres: desde 2007, elas representavam mais de 80% do número de beneficiários, enquanto o resto era composto de homens. O número de créditos outorgados também aumentou substancialmente, passando de 91 mil créditos em 2001, a 484 mil microcréditos em 2015. A tabela 2.1 resume os principais resultados do Pronafim em seus 15 anos de operação.

Em 2016, por determinação federal, o Pronafim e o Fommur uniram-se para formar um só programa federal, chamado “Programa Nacional de Financiamento ao Microempresário e às Mulheres de Áreas Rurais”⁵.

⁵ Apesar do programa ter mudado em parte de nome, sua abreviatura continuou sendo a mesma; sendo assim, será utilizada a sigla Pronafim.

TABELA 2.1. PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA NACIONAL DE FINANCIAMENTO AO MICROEMPRESÁRIO

Conceito	Dados anuais														
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Valor de auxílios totais *	125,5	125,7	228,7	355,2	402,2	240,4	241,1	238,2	401,3	291,1	414,8	769,2	157,1	500,0	983,49
Incorporação de novas IMF	11	28	19	13	9	6	14	20	19	8	11	15	7	28	6
Créditos adicionais	0	6	24	29	27	27	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
Auxílios para incubação de IMF**	0	4	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	5
Nº de microcréditos outorgados (milhares)	19,0	91,2	177,9	289,9	418,6	397,9	310,7	456,8	615,3	645,5	656,5	679,7	266,6	490,9	484,4
Abertura de sucursais	0	17	30	46	44	19	37	66	38	46	28	38	s/d	22	26
Nº de pessoas beneficiadas com capacitação	536	1.979	747	2.551	230	192	s/d	s/d	s/d	s/d	259	s/d	s/d	137	1.277
Nº de pessoas beneficiadas pelo programa	48.132	91.238	170.000	s/d	s/d	s/d	233,7	354	493	500,4	534,6	563,1	257,1	420,7	406,6
Cursos de capacitação a IMF	s/d	121	180	s/d	s/d	s/d	8	24	24	24	25	22	5	14	s/d
Assistência técnica	11	23	20	119	39	50	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	70	164
Cobertura municipal	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	1.020	1.195	1.332	1.431	1.492	1.769	1.608	1.308	1.053
Porcentagem de recuperação de portfólio (%)	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	96	100	89,1	97,7	79,9	88,3	97,8	s/d	s/d

* Milhões de pesos constantes de 2008.

** Em 2004, o Comitê Técnico decidiu não oferecer este auxílio nos anos seguintes. Só em 2013 foi criada a Rede de Incubadoras de Empresas do Inadem, a partir da qual começaram a ser distribuídos os recursos destinados a este programa.

s/d: sem dados disponíveis.

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria de Economia.

O Fommur, criado em 1988 e também ligado à Secretaria de Economia, não diferia muito do Pronafim, pois também se encarregava de dar microfinanciamento a pessoas que tivessem a intenção de começar algum projeto produtivo; no entanto, este microcrédito era outorgado apenas a mulheres com mais de 18 anos e a mães com mais de 15 anos que fossem emancipadas de acordo com a lei, e que vivessem em comunidades rurais.

A partir de então, o programa começou a funcionar pelo Finafim e pelo Fommur, ambos não considerados paraestatais, por meio dos quais as IMF e as OI credenciadas e legalmente constituídas receberiam os apoios creditícios e não creditícios, para depois serem canalizados à população alvo, representada pelo subconjunto da população potencial que o programa tenha planejado atender no ano em questão, e que além disso cumpra com os critérios de seleção.

Por outra parte, a população potencial se refere a homens e mulheres microempresários de áreas urbanas e rurais que queiram empreender e/ou consolidar suas unidades econômicas usando serviços de microfinanças outorgados pelo programa⁶.

Algumas das mudanças nos microcréditos creditícios e não creditícios outorgados foram as seguintes:

1. Apoios creditícios

Os apoios creditícios têm duas vertentes:

 - a) Créditos simples e rotativos: até 100 milhões de pesos na taxa dos Certificados do Tesouro da Federação (Cetes) de 28 dias, mais uma margem estabelecida pelo Comitê Técnico. Este tipo de crédito é voltado para o empreendimento e a consolidação de unidades econômicas da população alvo, e determina como condição às IMF e às OI a capacitação de no mínimo o equivalente a 10% do total da população alvo que recebeu microcréditos, para os quais também podem ser solicitados apoios.
 - b) Créditos estratégicos: até 100 milhões de pesos a uma taxa Cetes de 28 dias sem pontos adicionais. Este apoio é voltado ao empreendimento e à consolidação de unidades econômicas das microempresárias. A condição estabelecida para a outorga deste crédito é que as IMF devem dedicar 50% da linha de crédito a microempresárias de áreas prioritárias ou de atenção especial, e devem capacitar todas as microempresárias financiadas pelo menos em uma ocasião. Os microcréditos provenientes do crédito estratégico simples devem ser outorgados a uma taxa menor ou igual à taxa regional estabelecida.
2. Apoios não creditícios

Estes apoios são dos seguintes tipos:

 - a) Apoios não creditícios à população alvo.
 - i) Desenvolvimento de capacidades da população alvo: até 90% do custo total do projeto e um valor máximo de 1,5 mil pesos por microempresária.
 - ii) Incubação de atividades produtivas.
 - iii) Participação dos e das microcredenciadas em fóruns, mesas de trabalho e eventos organizados pelo programa e por organizações nacionais e internacionais: gastos de transporte, hospedagem, alimentos e traslado de mercadorias.
 - b) Apoios não creditícios às IMF credenciadas e/ou OI.

Esses apoios dependem do tamanho do portfólio das IMF e das OI. Há vários tipos:

 - i) Assistência técnica a IMF credenciadas.
 - ii) Desenvolvimento de capacidades para o pessoal das IMF credenciadas.
 - iii) Programa anual de capacitação para o pessoal das IMF credenciadas e/ou OI.
 - iv) Apoio para pontos de acesso de microfinanças.

⁶ *Reglas de Operación del Programa Nacional de Financiamiento al Microempresario y a la Mujer Rural para el ejercicio fiscal 2016* (Diário Oficial de la Federación, 29 de dezembro de 2015).

3. Auxílio parcial creditício a IMF para pontos de acesso de microfinanças: até 50% do valor total do investimento de gastos com infraestrutura, até 500 mil pesos, com uma taxa Cetes mais uma margem determinada pelo Comitê Técnico.

Em 2016, o Orçamento de Formação da Federação autorizou ao Pronafim um orçamento de 180,28 milhões de pesos, dos quais foram executados apenas 23,17 milhões de pesos, com os quais conquistou os resultados mostrados na tabela 2.2.

TABELA 2.2 RESULTADOS PARCIAIS DO PRONAFIM EM 2016

Conceito	Meta 2016	Resultados Set. 2015-jun. 2016*
Microcréditos outorgados (milhares)	1.174,6	740,5
Pessoas credenciadas (milhares)	761	606,1
Mulheres	646,6	573,9
Homens	114,4	34,9
Nº de pessoas da população alvo capacitadas (milhares)	76,1	34,9
Nº de pessoas das IMF capacitadas	0	740
Assistências técnicas realizadas	75	109
Nº de incubações de atividades produtivas realizadas (milhares de projetos)	1.625	1,2
Nº de IMF de nova incorporação	17	3
Nº de pontos de acesso autorizados	10	4
Cobertura municipal	s/d	1.736

* As cifras correspondentes ao período setembro 2015-junho 2016 são a soma dos resultados do Pronafim e do Fommur.

Fonte: Elaboração própria, com dados da Secretaria de Economia.

Outros resultados obtidos no período setembro 2015-junho 2016, relacionados ao a outros programas federais, foram os seguintes:

1. O programa atendeu 694 municípios prioritários da Cruzada Nacional Contra a Fome (CNCH), nos quais foram oferecidos 249.469 microcréditos a 168.335 homens e mulheres microempresários.
2. O Pronafim atendeu 106 municípios do Programa Nacional para a Prevenção Social da Violência e da Delinquência (PNPSVD), nos quais apoiou 206.535 microempresários e microempresárias por meio de 254.624 microcréditos.

Sendo assim, podemos dizer que o Pronafim teve uma ampla aplicação e possivelmente esteja contribuindo para a criação e o fortalecimento do setor microfinanceiro do país mas, sobretudo, este programa permite que as mulheres tenham mais oportunidades de participar nas atividades empresariais no México, porque mesmo que o Pronafim esteja pensado para ajudar tanto homens quanto mulheres, elas têm participado mais, sendo conseqüentemente as maiores beneficiadas pelo programa,

já que, até 2016, 91% dos beneficiados foram mulheres, enquanto os homens foram beneficiados 9% das vezes. Além disso, no mesmo ano, 86% dos beneficiários capacitados eram mulheres, enquanto a capacitação a homens representava só 14% do total⁷.

3. Estrutura da Matriz de Contabilidade para o México

A Matriz de Contabilidade Social (mcs) pode ser vista como uma fotografia da estrutura produtiva de uma região ou de um país, pois ela retrata as relações de renda-gasto entre os distintos agentes econômicos em certo ponto no tempo.

Aguayo, Chapa, Ramírez e Rangel (2007) descrevem a mcs como uma base de dados que incorpora as transações da estrutura produtiva e funcional de uma economia, que inclui as operações de distribuição de renda e, sendo assim, a mcs pode ser utilizada para analisar as fontes de renda (valores apresentados nas linhas) e a aplicação do gasto (valores apresentados nas colunas) de todos os agentes que interagem em uma economia, por meio da aplicação completa do fluxo circular da renda. Dessa forma, a mcs pode ser utilizada como uma ferramenta de grande importância para o planejamento e a avaliação da política econômica e dos programas públicos, assim como para analisar os impactos exógenos que poderiam incidir sobre a economia de qualquer região ou país.

Alguns estudos de grande importância e transcendência utilizaram a mcs para analisar e avaliar problemáticas sociais, bem como os efeitos da política econômica implementada. Um deles foi realizado por Thorbecke e Jung em 1994. Eles utilizaram o método de decomposição do multiplicador para analisar os mecanismos que contribuem para mitigar a pobreza na Indonésia. Os autores, a partir da mcs desse país, analisaram os mecanismos e vínculos por meio dos quais os setores produtivos contribuem à diminuição da pobreza que existe dentro de um sistema socioeconômico.

Assim, Thorbecke e Jung demonstraram que um multiplicador pode dividir-se em dois efeitos multiplicadores: o efeito distributivo e a interdependência. Os autores também apontaram a necessidade de implementar uma política chave, na qual o capital humano da população pobre seja melhorado, se este grupo de pessoas não está isolado do processo de industrialização.

Em seu estudo, De Miguel Vélez, Manresa e Ramajo (1998) calcularam uma série de multiplicadores lineares por meio dos quais obtiveram informações sobre quais contas são as mais relevantes para provocar os maiores efeitos de expansão sobre os níveis de renda do conjunto do sistema econômico, com base da mcs de Estremadura. Estes autores complementaram sua pesquisa com o cálculo de multiplicadores de emprego, com uma proposta de existência de comportamentos endógenos no

⁷ Dados da Secretaria de Economia. Estes dados incluem os resultados tanto do Pronafim anterior quanto do Fommur.

modelo alternativo ao usado inicialmente e uma comparação entre as economias de Estremadura e da Espanha a partir de suas respectivas matrizes de contabilidade social.

Na América Latina, diversos estudos vêm conseguindo provar teorias a partir do uso de matrizes de contabilidade social para a análise intersetorial e estrutural de diversos países. Um desses casos é o estudo realizado por Mardones e Saavedra (2011) na região de BioBío, no Chile. Em sua pesquisa, os autores utilizaram o método indireto de *Cross Entropy* para poder atualizar a MCS da região entre 1996 e 2006. Dessa forma, mediante a análise dos multiplicadores provenientes da matriz, Mardones e Saavedra trabalharam para identificar os setores produtivos da Região de BioBío que puderam gerar impactos positivos sobre a produção, a equidade, a pobreza e a poluição ambiental.

Em outro trabalho de pesquisa, realizado por Cutrim e Ferreira em 2015, a MCS foi utilizada para medir o impacto econômico que as instituições financeiras regionais têm sobre as cadeias de valor das atividades produtivas e o impacto que, por sua vez, essas atividades produzem nas atividades econômicas da região amazônica do Brasil.

No México também há diversos estudos que utilizam a MCS. Um deles foi realizado por Yúnez e González em 2006; a partir de um enfoque intersetorial, eles estimaram os efeitos na renda das famílias na zona rural e na pobreza das áreas rurais que pudessem gerar mudanças em suas atividades produtivas. Os autores, a partir da MCS mexicana, identificaram dez comunidades rurais de acordo com seu nível de pobreza; depois, aplicaram a técnica de decomposição dos multiplicadores para fazer a análise.

Já o trabalho de Chapa e Rangel (2010) construiu uma MCS para analisar a estrutura produtiva e de renda-gasto do estado de Nuevo León, no México. Em seu estudo, estes autores calcularam os multiplicadores dos setores produtivos sobre a renda das famílias no ano de 2004.

Como pode ser visto a partir de todos esses estudos, as MCS têm a versatilidade de projetar distintos enfoques, dependendo do objeto de análise que se tenha em mente. No entanto, um enfoque pouco analisado utilizando-se as MCS como metodologia é o relacionado a gênero.

Poucos estudos trabalharam para diferenciar cálculos da MCS entre mulheres e homens com o objetivo principal de analisar e mostrar a desigualdade de gênero. Um exemplo é o estudo realizado por Fontana e Wobst (2001), que construiu uma MCS para Bangladesh nos anos de 1993-1994. Em sua pesquisa, eles identificaram o valor agregado do trabalho entre homens e mulheres de acordo com seu nível educacional (sem educação formal, ou com educação primária, média ou superior) para o setor da economia, com o objetivo de criar uma base que permitisse analisar os temas de gênero que podem ser sensíveis a mudanças em políticas públicas.

Outro estudo é o realizado por Rizwana Siddiqi (2005) que, utilizando uma MCS no Paquistão, incorporou o trabalho doméstico não remunerado e o ócio como atividades

produtivas e, então, evidenciou estas variáveis e o trabalho remunerado entre homens e mulheres. Com isso, a autora buscou capturar as dimensões na dedicação do tempo que homens e mulheres destinam a diferentes atividades de trabalho remunerado, não remunerado e ócio. Por meio do uso de um modelo de Equilíbrio Geral Computável, simulou o impacto da liberalização comercial e de um ajuste fiscal sobre mulheres e homens desse país.

Em uma linha similar de estudos, Wanjala e Were (2009), usando as MCS, realizaram uma análise das disparidades de gênero existentes no mercado de trabalho do Quênia, com o objetivo de conhecer seus efeitos sobre a geração de empregos para homens e mulheres. Este estudo revelou principalmente que as mulheres são mais beneficiadas pela criação de empregos – no entanto, a maioria destes novos empregos são informais e com baixos salários. Por outro lado, os autores oferecem uma primeira tentativa de construção de uma conta-satélite do emprego que possa ser ligada aos setores econômicos do Quênia.

No México, podemos encontrar como exemplo o estudo realizado por Debowicz e Golan (2012), no qual eles buscam analisar os efeitos gerados pelo Programa Oportunidades na oferta de mão de obra infantil, na distribuição de renda e na pobreza, no México. Assim, os autores elaboraram uma MCS a partir da identificação dos tipos de famílias de acordo com seu nível de pobreza, gênero, localização em áreas rurais ou urbanas, ou se eram ou não beneficiárias do programa.

Já Arellano e Chapa (2017) partiram da MCS Nacional elaborada por Chapa e Ortega (2017), que descompõe as famílias de acordo com sua condição de pobreza, estrato sócio-demográfico e gênero do chefe de família, para então calibrar um modelo de equilíbrio geral e quantificar o efeito de aumentos no preço da energia elétrica.

Uma vez que nosso estudo trata de gênero, utilizamos uma MCS nacional correspondente ao ano de 2008, construída por Chapa e Ramírez (2017). A matriz retrata como é gerada, distribuída e utilizada a renda das famílias chefiadas por homens e das famílias chefiadas por mulheres. Além disso, a matriz desagrega a renda laboral dos quatro tipos de ocupação (assalariados, empregadores, autônomos e não remunerados) e atribui um valor ao trabalho doméstico não remunerado, por gênero.

A partir desta matriz, serão analisados os efeitos que os apoios econômicos e não econômicos outorgados pelo programa federal Pronafim têm sobre a geração e a distribuição de renda entre mulheres e homens do país – ou seja, a partir do Modelo de Multiplicadores Contábeis originado diretamente da MCS, poderemos observar se as transferências recebidas pela população alvo do programa ajudaram as mulheres a melhorar seu posicionamento na distribuição de renda.

Dessa forma, na MCS serão descritas as relações de renda-gasto de 31 setores econômicos (SE), dois tipos de famílias (F) diferenciados entre se o chefe da família é homem ou mulher; oito tipos de trabalhos (L) diferenciados de acordo com o tipo de ocupação e o gênero; dois tipos de capital, privado (K1) e público (K2); dois tipos de trabalho doméstico não remunerado, entre homens e mulheres (TDNR); um nível de governo (G); uma conta agregada de capital (CAC) e um setor externo (SX).

A tabela 3.1 mostra a forma agregada da MCS no México em 2008. As contas que estão nas colunas representam os gastos feitos para realizar as transações entre os distintos agentes econômicos que compõem a matriz, enquanto as linhas mostram o rendimento que cada conta obtém de tais transações intersetoriais.

Mais especificamente, a tabela 3.1 retrata o funcionamento da economia mexicana por meio do fluxo circular do ingresso: inicialmente, a geração de renda provém das atividades produtivas realizadas pelos setores econômicos, pois eles compram bens e serviços intermediários de outras empresas nacionais (SE) e estrangeiras (M), adquirem mão de obra (WE), capital (KE) e contribuem ao governo por meio do pagamento de impostos (TE)⁸, enquanto o setor de famílias com trabalho doméstico não remunerado gera um valor econômico vinculado aos trabalhos realizados por homens e mulheres em suas casas (TDNR).

TABELA 3.1 ESTRUTURA DA MCS NO MÉXICO, 2008

	Setores econômicos	Famílias	Trabalho	Trabalho doméstico não remunerado	Capital privado	Governo	Conta de capital agregada	Setor externo	Discrepância estatística
Setores econômicos	31x31 (SE)	31x2 (C)	0	0	0	31x1 (G)	31x1 (I)	31x1 (X)	31x1 (DE)
Famílias	0	0	2x8 (WE+WG)	2x2 (TDNR)	2x2 (RFKE)	2x1 (TFG)	0	2x1 (TFX)	2x1 (DE)
Trabalho	8x31 (WE)	0	0	0	0	(WG)	0	0	
Trabalho doméstico no remunerado	2x31 (TDNR)	0	0	0	0	0	0	0	0
Capital privado	2x31 (KE)	0	0	0	0	0	0	2x1 (KX)	0
Governo	1x31 (TE)	1x2 (TF)	1x8 (TL)	0	1x2 (TK) 1x2 (RGKE)	1x1 (TG)	1x1 (TI)	1x1 (TX)	0
Conta de capital agregada	0	1x2 (SF)	0	0	0	1x1 (SG)	0	1x1 (SX-CC)	1x1 (DE)
Setor externo	1x31 (M)	1x2 (CX)	0	0	1x2 (RKX)	1x1 (GX)	0	1x1 (XX)	0
Discrepância estatística	0	0	0	0	0	0	1x1 (DE)	0	0

Fonte: Elaboração própria. Modelo a partir de Aguayo et al. (2009) e Chapa e Ramírez (2017).

Da mesma forma, as empresas obtêm sua renda por meio da venda de bens e serviços a outras empresas (SE), a famílias (C), ao governo (G), ao setor externo (X) e de investimentos (I).

⁸ As empresas pagam impostos sobre os produtos nacionais e estrangeiros (importados), impostos especiais sobre produção e serviços e contribuem à Seguridade Social.

Uma vez que as famílias são donas da maior parte dos fatores produtivos “trabalho” e “capital”, elas recebem, por parte das empresas e do governo, um pagamento pelo uso de seu trabalho (WE, TDNR e WG), bem como recursos pelo arrendamento de seu capital às empresas (RFKE). Além dessa renda adquirida de setores e do governo, as famílias também obtêm recursos provenientes do exterior (TFX), como envios de dinheiro, e do governo (TFG). Com estes recursos disponíveis, as famílias consomem bens e serviços nacionais (C) e estrangeiros (CX), pagam impostos ao governo (TF)⁹ e economizam o restante (SF).

Outro aspecto importante é que nesta matriz foi introduzido como atividade econômica o trabalho doméstico não remunerado, diferenciado entre homens e mulheres, do qual estas pessoas recebem uma renda por prestar serviços que têm a ver com o cuidado e a administração da casa e, inclusive, com o cuidado de menores e/ou idosos (TDNR).

O governo, por sua vez, arrecada por meio de impostos cobrados das empresas (TE), das famílias (TF), dos fatores produtivos trabalho e capital (TL e TK), dele mesmo (TG), do exterior (TX, impostos sobre importações) e de investimentos (TI). Além disso, obtém pagamentos pela arrecadação do capital público (RGKE). Depois, utiliza essa arrecadação para adquirir das empresas bens e serviços nacionais (G) e estrangeiros (GX), faz transferência às famílias (TFG) e, o restante, economiza (SG).

Por sua vez, o setor externo obtém recursos por meio da venda de bens e serviços a empresas domésticas (M), a famílias (CX) e ao governo (GX). Também recebe recursos derivados do pagamento por uso de capital estrangeiro (RKX) e recursos por importações temporais da indústria que produz materiais para exportação (XX). Assim, o setor externo pode financiar o abastecimento de bens e serviços domésticos (X), outorgar transferências a famílias estrangeiras (TFX), adquirir capital (KX), pagar impostos ao governo (TX) e economizar o restante (SX). É importante destacar que a poupança feita pelo setor externo também pode ser representada como o negativo do saldo em conta corrente que aparece dentro da conta de capital agregada (-CC).

Com relação aos valores da discrepância estatística que aparecem em certas contas da *mcs*, elas têm a ver com o ajuste estatístico no qual incorre a Matriz Insumo-Produto, na qual esta *mcs* está baseada. A estimativa da discrepância estatística é necessária para que esta matriz coincida perfeitamente, pois ela considera os erros e omissões que surgem na apuração da informação necessária para a construção das matrizes.

⁹ Os impostos pagos pelas famílias neste exercício são o imposto sobre produtos e o imposto sobre a renda.

4. Matriz de Multiplicadores Contábeis e de Redistribuição de Renda

Neste estudo, utilizaremos o Modelo de Multiplicadores Generalizados ou Contábeis, formulado a partir da Matriz de Contabilidade do México no ano de 2008, a partir do qual analisaremos o impacto do Programa Nacional de Financiamento ao Microempresário e às Mulheres de Áreas Rurais na geração e na redistribuição de renda.

O Modelo de Multiplicadores Generalizados foi utilizado pela primeira vez por Pyatt e Round em 1979. Os autores formularam esse modelo com base em uma MCS do Sri Lanka no ano de 1970. Em sua pesquisa, desenvolveram um estudo estrutural no qual analisam, entre outras coisas, os efeitos redistributivos, diferenciando entre tipos de famílias em áreas urbanas ou rurais. Entre suas principais descobertas eles mostraram que o setor rural no Sri Lanka estava relativamente isolado dentro da economia, porque seus vínculos com outros setores eram menores.

Polo et al. (1991), a partir da reformulação da MCS elaborada pelos autores Kehoe et al. (1986) e Kehoe, Manresa, Polo e Sancho (1988), obtiveram, para o caso espanhol, os multiplicadores generalizados de Leontief e estudaram os efeitos de modificações exógenas sobre a composição setorial da produção, bem como a distribuição funcional e pessoal da renda, utilizando diversas medidas (relativas) de incidência redistributiva.

Outros estudos, como os de Cardenete e Sancho (2002), o de Llop e Manresa (2004) e o de Fuentes, Mainar e Cardenete (2015), procuraram analisar, a partir da MCS, a estrutura econômica espanhola, identificando as relações intersetoriais entre os distintos agentes econômicos e calculando os efeitos diretos, induzidos e distributivos derivados dos multiplicadores contábeis desta matriz.

No México, podemos mencionar diversos estudos que utilizaram este modelo para análises econômicas. Um deles foi elaborado por Domínguez em 2009. Ele utilizou o Modelo de Multiplicadores Contábeis para analisar os efeitos do Programa Oportunidades, do Programa de Atenção ao Idoso (PAAM) e do Programa de Apoio para as Pessoas com Deficiências (PAPD) no estado mexicano de Nuevo León, a partir da MCS do México correspondente ao ano de 2004.

Os principais resultados deste estudo demonstram que, a cada peso de contribuição, o Programa Oportunidades era aquele que mais beneficiava a renda das famílias e a economia de Nuevo León. Por sua vez, o PAAM gerava maiores efeitos econômicos sobre todas as famílias do estado, e o PAPD tinha um foco maior nas famílias em condições de pobreza.

Outro estudo que também trata do Programa Oportunidades foi realizado por Aguayo et al. (2009). Por meio do Modelo de Multiplicadores Contábeis, eles analisaram a geração e a redistribuição da renda proveniente deste programa federal

implementado pela Secretaria de Desenvolvimento Social do México (Sedesol) para a economia mexicana no ano de 2004.

De modo genérico, os autores analisam dois cenários:

- 1) Que o programa não fosse financiado por impostos.
- 2) Que fosse financiado por impostos sobre a renda, seja de forma progressiva, por taxa uniforme ou soma fixa.

No primeiro caso, descobriram que os efeitos multiplicadores desta transferência geravam uma renda adicional maior para os decis ricos; no entanto, em termos relativos, os decis pobres melhoravam seu posicionamento na distribuição de renda. No segundo cenário, os decis pobres eram os maiores beneficiados, tanto em termos de renda líquida absorvida, como em renda redistribuída. Por outro lado, demonstraram que os decis mais pobres eram mais beneficiados se o programa fosse financiado por impostos progressivos.

Por sua vez, a pesquisa de Ayala e Chapa (2017) estuda a região Golfo-sudeste do México, no qual, com base na MCS correspondente a essa região, utilizam o Modelo de Multiplicadores Contábeis para avaliar o impacto da queda na atividade petrolífera da região Golfo-sudeste, derivada do esgotamento da jazida de petróleo Cantarell. Esse estudo analisa o impacto sobre a atividade econômica, o emprego, a distribuição de renda e, principalmente, as relações de renda-gasto entre o governo e as atividades econômicas, bem como entre os fatores primários e as famílias.

Finalmente, a pesquisa realizada por Chapa e Ramírez (2017) se centra na construção de uma MCS para o México e as regiões do centro, centro-oeste, norte e sul-sudeste, com perspectiva de gênero, no ano de 2008. Em seu estudo, as autoras aplicaram o Modelo de Multiplicadores Contábeis para exemplificar a utilidade destas matrizes na análise do papel dos homens e das mulheres na geração de renda no México e em suas regiões.

Antes de começar a explicar a estrutura do Modelo de Multiplicadores Contábeis, é importante destacar as hipóteses que servem de base para sua formulação. Pressupõem algumas predisposições médias fixas de gastos; relações de produção lineais, ou seja, complementariedades entre os insumos intermédios e os fatores produtivos primários “trabalho” e “capital”; admitem a existência de preços fixos ou capacidade de ócio; as relações entre as variáveis de política e endógenas são de caráter estático.

Levando tudo isso em consideração, a MCS que será utilizada, as famílias, os setores econômicos e os fatores produtivos representam as contas endógenas, pois a intenção é explicar como muda seu nível de renda frente a uma injeção exógena de recursos provenientes tanto do governo, quanto do setor externo ou de investimentos. Precisamente, estas últimas três variáveis são concebidas como os setores exógenos, já que podem ser usadas como instrumentos de política econômica.

A tabela 4.1 contém as relações entre as contas endógenas e exógenas. A matriz T_{nn} é a de transações entre as contas endógenas; T_{nx} inclui as injeções de contas exógenas a endógenas; T_{xn} é uma matriz de saídas, pois contém os pagamentos das contas endógenas a exógenas; e T_{xx} é a matriz de residuais, ou seja, de intercâmbios entre os setores institucionais exógenos. Vale a pena comentar que N denota o número de contas endógenas e X, o número de contas exógenas.

TABELA 4.1 REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DAS CONTAS ENDÓGENAS E EXÓGENAS NO MODELO LINEAR DE FLUXO CIRCULAR DA RENDA

		GASTOS				Total
		Endógenas	Soma	Exógenas	Soma	
RENDA	Endógenas	T_{nn}	n	T_{nx}	x	y_n
	Exógenas	T_{xn}	l	T_{xx}	t	y_x
Total		y_n'		y_x'		

n = vetor coluna de ordem $(N \times 1)$ que contém a renda das contas endógenas proveniente delas mesmas.
 l = vetor coluna de ordem $(X \times 1)$ que contém a renda das contas exógenas proveniente das contas endógenas.
 x = vetor coluna de ordem $(N \times 1)$ que contém a renda das contas endógenas proveniente das contas exógenas.
 t = vetor coluna de ordem $(X \times 1)$ que contém a renda das contas exógenas proveniente das contas exógenas.
 y_n = vetor coluna de ordem $(N \times 1)$ que contém a renda total das contas endógenas.
 y_x = vetor coluna de ordem $(X \times 1)$ que contém a renda total das contas exógenas.

Fonte: Defourny e Thorbecke (1984).

A matriz T_{nn} pode ser expressada em função de uma matriz de propensões médias fixas a serem gastas (A_n):

$$(1) T_{nn} = A_n Y_n$$

Onde Y_n é uma matriz diagonal de ordem $(N \times N)$, que em sua diagonal principal contém a renda total de cada conta endógena y_n , e os demais elementos são zeros.

Partindo das relações por linha da matriz de contabilidade social e aplicando os pressupostos mencionados anteriormente, os multiplicadores contábeis são obtidos da seguinte forma:

$$(2) y_n = n + x = A_n y_n + x$$

$$(3) y_n = (I - A_n)^{-1} x$$

$$(4) y_n = Mx$$

Onde n é um vetor coluna de ordem $(N \times 1)$ que contém a renda das contas endógenas proveniente delas mesmas, x é um vetor coluna de ordem $(N \times 1)$ que contém a renda das contas endógenas proveniente das contas exógenas, e y_n é um vetor coluna de ordem $(N \times 1)$ que contém a renda total das contas endógenas. M é uma matriz qua-

drada de ordem (NxN) que contém os multiplicadores ampliados; o elemento M_{ij} da matriz representa o incremento no rendimento da conta i quando a conta j recebe uma injeção unitária de recurso proveniente de uma das contas exógenas.

A somatória dos elementos da linha i da matriz M é um indicador do efeito absorção ou indução para frente e determina o incremento no rendimento da conta i quanto todo o sistema econômico experimenta uma injeção. Em contraste, a somatória dos elementos da coluna j resulta no efeito difusão ou expansão para trás, com o que computa o aumento no rendimento da economia frente a uma injeção unitária na conta j .

No entanto, bem como mencionam Polo, Roland-Holst e Sancho (1990), com a matriz de multiplicadores contábeis não podemos inferir se a conta i melhora ou piora sua participação relativa no rendimento nacional quando a conta j recebe uma transferência exógena de recurso. É por isso que esses autores desenvolveram uma Matriz de Redistribuição $R(x)$, com a qual se pode identificar como muda o estado relativo de uma conta endógena (famílias, empresas e capital) frente a uma transferência de recursos proveniente de uma conta exógena (governo, setor externo ou de investimentos). Assim, para obter a Matriz de Redistribuição, foi usada a seguinte fórmula:

$$(5) R(x) = [e'Mx]^{-1} \{I - Mx[e'Mx]^{-1}e'\}M$$

Na qual "e" representa um vetor coluna de uns e sua dimensão depende da quantidade de variáveis endógenas que há. O elemento R_{ij} identifica o sinal, a magnitude e a direção de uma mudança no rendimento relativo da conta i quando a conta j recebe um fluxo endógeno de recurso. A seguinte expressão pode explicar melhor a interpretação dos elementos de $R(x)$:

$$(6) R_{ij} = \frac{1}{e'Y_n} \left[M_{ij} - \frac{Y_i}{e'Y_n} (e'M_j) \right]$$

É importante destacar que o elemento R_{ij} compara o recurso induzido na conta i frente a uma transferência de recurso sobre a conta j (M_{ij}), contra o recurso induzido que corresponderia a ele se mantivesse a participação inicial de seu rendimento no recurso das contas endógenas $\left[\frac{Y_i}{e'Y_n} (e'M_j) \right]$. Portanto, as colunas de $R(x)$ somam zero, ou seja, esta matriz estabelece a redistribuição do rendimento como um jogo de soma zero [Aguayo et al., 2009].

Um elemento R_{ij} negativo indica que um fluxo exógeno de rendimento à instituição j provoca uma perda relativa de recurso da conta i em relação às demais instituições endógenas. No caso de obter um sinal positivo, acontece o contrário.

As matrizes de multiplicadores contábeis e de redistribuição da renda proporcionam uma grande informação sobre os efeitos multiplicadores e redistributivos das injeções exógenas de recurso sobre os 31 setores, dois tipos de famílias, oito tipos de trabalhos e dois tipos de capital considerados para a análise desta pesquisa.

5. Geração e redistribuição da renda do Programa Nacional de Financiamento ao Microempresário e às Mulheres de Áreas Rurais

Como mencionamos no capítulo anterior, o modelo de multiplicadores contábeis é estático; isso implica que frente a uma injeção exógena de recursos recebidos pelas famílias, as propensões médias a gastar não vão mudar e os preços vão se manter constantes quando as demandas dos bens de consumo aumentem.

É importante mencionar também que nesta análise será introduzido o setor das famílias com trabalho doméstico não remunerado como atividade econômica; assim, o trabalho doméstico não remunerado de mulheres e homens atua, por sua vez, como fator produtivo. Sendo assim, o modelo supõe também relações de produção lineares, ou seja, complementariedades entre os insumos intermediários e os fatores produtivos primários, isto é, o capital privado, o trabalho remunerado e o doméstico não remunerado.

Para poder realizar a análise por gênero, foram identificados no padrão de beneficiários do Pronafim correspondente ao ano de 2016 os homens e as mulheres que tinham sido apoiados pelo programa. No padrão, obtido no portal de transparência da Secretaria de Economia,¹⁰ estavam registrados um total de 522.914 beneficiários pertencentes às 32 entidades federativas da República Mexicana, aos quais foram distribuídos auxílios sob a forma de microcréditos individuais ou grupais em um valor total de 4.367,76 milhões de pesos¹¹.

Deste valor total registrado, as mulheres eram majoritariamente beneficiadas, pois receberam 92,48% do total (4.039,46 milhões de pesos), enquanto os homens tiveram 7,21% do total distribuído (315,07 milhões de pesos). Por sua vez, a quantidade de pessoas não identificadas¹² no padrão representavam 0,3% dos auxílios dados (13,24 milhões de pesos). Mesmo que as mulheres tenham recebido a maior parte do auxílio total, em média elas receberam microcréditos menores que os homens: elas receberam em média 6.134 pesos, enquanto os homens recebiam 8.010 pesos, como pode ser visto na tabela 5.1.

Dado que os microcréditos são dados a pessoas que contam com negócios próprios, para analisar os efeitos provocados pelo programa sobre a geração e redistribuição de renda, assumiremos que os auxílios são recebidos pelos setores econômicos de acordo com o modelo de emprego autônomo que tenham.

¹⁰ *Informe Trimestral de Programas de Subsidios. Listado de beneficiarios. Programa: Programa Nacional de Financiamiento al Microempresario y a la Mujer Rural* [pdf]. Disponível em: <https://www.gob.mx/se/acciones-y-programas/informes-de-labores-se> [Consultado em 7 de março de 2017].

¹¹ Lembramos que todos os valores apresentados ao longo deste artigo estão em preços constantes de 2008.

¹² As pessoas que não puderam ser identificadas são aquelas que não se registraram corretamente no documento em PDF do padrão, quer dizer: não era possível saber se eram homens ou mulheres, porque os nomes não foram registrados corretamente.

**TABELA 5.1 DISTRIBUIÇÃO DO PADRÃO DE BENEFICIÁRIOS DO PRONAFIM
2016**

Gênero	Número de pessoas	Valor total recebido*	Valor médio recebido	Porcentagem do valor total
Mulheres	487.405	4.039,46	6.134,60	92,48 %
Homens	33.517	315,07	8.010,03	7,21 %
Não identificados	1.992	13,24	6.478,81	0,30 %
Total	522.914	4.367,76	6.241,01	100 %

* Em milhões de pesos constantes de 2008.

Fonte: Elaboração própria com dados do padrão de beneficiários do Pronafim 2016.

A quantidade de trabalhadores autônomos (por conta própria), homens e mulheres, por setor econômico, foi obtida na Pesquisa Nacional de Ocupação e Emprego (ENOE) do segundo trimestre de 2008¹³. No total, foram identificadas 10,33 milhões de pessoas registradas como trabalhadores autônomos, distribuídos pelos 31 setores da economia mostrados na tabela 5.2¹⁴, dos quais 6,42 milhões (62%) são homens e apenas 3,91 milhões (38%) são mulheres. Uma vez obtidos estes números, foi calculada a proporção do auxílio do Pronafim recebida pelos setores econômicos com base na distribuição dos trabalhadores autônomos por gênero e setor econômico, de acordo com a ENOE. Tudo isso pode ser obtido pela divisão da quantidade de trabalhadores autônomos, homens e mulheres, existentes em cada setor econômico, pelo total existente de cada gênero.

Por setores econômicos, 35,76% dos homens autônomos se concentram nos setores da agricultura, criação e exploração de animais, aproveitamento florestal, pesca e caça (AE1), 19,10% no comércio (AE18) e 10,63% na indústria da construção. Já 52,61% das mulheres autônomas se concentram no setor do comércio (AE18), 12,43% em serviços de alojamento temporário e produção de alimentos e bebidas (AE29) e 7,68% em outros serviços, exceto atividades governamentais (AE30).

Uma vez contadas as distribuições por setor econômico dos homens autônomos e das mulheres autônomas, a parcela do apoio total concedido a mulheres e homens de acordo com esta distribuição foi alocada para cada setor, a fim de obter o montante de apoio que cada setor econômico obteve de acordo com a presença desse tipo de trabalhadores, como mostrado no terceiro e quarta coluna da tabela 5.3.

¹³ O segundo trimestre foi utilizado como base, por ser geralmente um trimestre com menos sazonalidade.

¹⁴ O setor número 32 mostrado nas tabelas deste capítulo corresponde ao setor do trabalho doméstico não remunerado.

TABELA 5.2 DESCRIÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS

Identificador	Descrição
AE1	Agricultura, criação e exploração de animais, aproveitamento florestal, pesca e caça
AE2-AE3	Mineração
AE4	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, fornecimento de água e de gás por dutos ao consumidor final
AE5	Construção
AE6	Indústria alimentícia
AE7	Indústria de bebidas e tabaco
AE8	Fabricação de insumos têxteis e acabamento de têxteis, e fabricação de produtos têxteis, exceto peças de roupa
AE9	Fabricação de peças de roupa, curtido e acabamento de couro e pele, fabricação de produtos de couro, pele e materiais alternativos
AE10	Indústria da madeira
AE11	Indústria do papel, impressão e indústrias conexas
AE12	Fabricação de produtos derivados do petróleo e do carvão, indústria química, indústria do plástico e da borracha
AE13	Fabricação de produtos com base em minerais não metálicos
AE14	Indústrias metálicas básicas e fabricação de produtos metálicos
AE15	Fabricação de maquinaria e equipamentos, fabricação de equipamentos de computação, comunicação, medição e de outros equipamentos, componentes e acessórios eletrônicos, fabricação de acessórios, aparelhos elétricos e equipamento de geração de energia elétrica, fabricação de equipamento de transporte
AE16	Fabricação de móveis, colchões e persianas
AE17	Outras indústrias manufatureiras
AE18	Comércio
AE19	Transporte
AE20	Informação em meios massivos
AE21	Serviços financeiros
AE22	Serviços imobiliários e de aluguel de bens móveis e intangíveis
AE23	Serviços profissionais, científicos e técnicos
AE24	Corporativos
AE25	Serviços de apoio a negócios e gestão de resíduos e serviços de remoção de contaminantes
AE26	Serviços educativos
AE27	Serviços de saúde e assistência social
AE28	Serviços de lazer culturais e desportivos, e outros serviços recreativos
AE29	Serviços de alojamento temporário e de produção de alimentos e bebidas
AE30	Outros serviços, exceto atividades governamentais
AE31	Atividades legislativas, governamentais, de administração de justiça e de organismos internacionais y extraterritoriais
AE32	Famílias com trabalho doméstico não remunerado

Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema de Classificação Industrial da América do Norte 2013 (SCIAN).

**TABELA 5.3 DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA (AUTÔNOMOS),
POR SETOR ECONÔMICO E PORÇÃO DE AUXÍLIO RECEBIDO PELO PRONAFIM, POR GÊNERO**

Setor econômico	Número de trabalhadores autônomos		Auxílio total dado a trabalhadores autônomos*	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
AE1	2.297.181	132.160	112,66	136,50
AE2-AE3	6.339	0	0,31	0,00
AE4	383	0	0,02	0,00
AE5	682.806	1.753	33,49	1,81
AE6	97.950	258.223	4,80	266,70
AE7	6.423	5.378	0,31	5,55
AE8	18.910	176.502	0,93	182,29
AE9	50.784	182.793	2,49	188,79
AE10	23.246	6.141	1,14	6,34
AE11	26.246	12.298	1,29	12,70
AE12	6.063	2.840	0,30	2,93
AE13	37.173	22.885	1,82	23,64
AE14	108.772	1.122	5,33	1,16
AE15	2.527	0	0,12	0,00
AE16	91.812	1.776	4,50	1,83
AE17	30.205	36.719	1,48	37,92
AE18	1.226.809	2.057.517	60,17	2.125,03
AE19	360.713	3.415	17,69	3,53
AE20	4.292	1.527	0,21	1,58
AE21	4.258	2.288	0,21	2,36
AE22	30.189	10.979	1,48	11,34
AE23	210.458	58.331	10,32	60,24
AE24	0	0	0,00	0,00
AE25	142.057	30.580	6,97	31,58
AE26	21.737	25.236	1,07	26,06
AE27	58.359	69.059	2,86	71,32
AE28	81.849	25.065	4,01	25,89
AE29	207.194	485.973	10,16	501,92
AE30	589.683	300.567	28,92	310,43
AE31	0	0	0,00	0,00
AE32	0	0	0,00	0,00
Total por gênero	6.424.418	3.911.127	\$ 315,07	\$ 4.039,46
Total geral	10.335.545		\$ 4.354,52	

* Em milhões de pesos constantes de 2008.

Fonte: Elaboração própria com dados do padrão de beneficiários do Pronafim 2016.

Primeiramente, analisaremos os efeitos causados sobre a geração de renda, considerando que não existe um esquema que financie os microcréditos outorgados. Como segundo exercício, assumiremos que o governo federal financia estes auxílios por meio de quatro tipos de impostos: dois aplicados sobre os setores econômicos (soma fixa e taxa fixa) e dois aplicados às famílias¹⁵ (ISR trabalhista de taxa fixa e ISR trabalhista de soma fixa). Por sua vez, para a análise de redistribuição do rendimento, serão repetidos os mesmos exercícios, ou seja, primeiro serão analisados os efeitos redistributivos, assumindo que não existe um financiamento, e depois será analisado o exercício no qual se pressupõem os mesmos quatro tipos de financiamento descritos anteriormente.

6. Geração de renda

A tabela 6.1 mostra a Matriz de Multiplicadores Contábeis ou Generalizados (M) para o México no ano de 2008, que apresenta informações sobre os efeitos expansivos que uma transferência exógena unitária tem sobre os recursos de cada conta endógena. Desta forma, podemos obter dois efeitos resultantes da matriz de multiplicadores contábeis: o efeito absorção e o efeito difusão.

O efeito absorção ou indução do setor i é obtido pela somatória dos elementos da linha i da Matriz de Multiplicadores Contábeis. Este efeito mostra o incremento nos recursos da conta i quando todo o sistema econômico experimenta uma transferência exógena unitária. Por exemplo, quando todos os setores econômicos, fatores produtivos e famílias recebem uma injeção unitária de recursos, o setor econômico AE5 (construção) incrementa seu rendimento em 1,18 pesos.

Por sua vez, o efeito difusão do setor j é obtido pela somatória dos elementos da coluna j da matriz de multiplicadores contábeis. Assim, essa somatória nos indica o aumento na renda de toda a economia quando certa conta j recebe uma injeção unitária de recursos. Por exemplo, quando o setor econômico AE6 (indústria alimentícia) recebe uma transferência unitária exógena, a renda total da economia aumenta em 7,68 pesos.

¹⁵ Na verdade, este imposto é do tipo trabalhista; no entanto, são as famílias que absorvem o efeito do imposto. Por isso, utilizaremos o conceito de "imposto às famílias".

TABELA 6.1 MATRIZ DE MULTIPLICADORES CONTÁBEIS (M) PARA O MÉXICO, 2008 (1/3)

Contas endógenas	AE1	AE2-AE3	AE4	AE5	AE6	AE7	AE8	AE9	AE10	AE11	AE12	AE13	AE14	AE15	AE16	AE17	AE18
AE1	1,1807	0,0101	0,0256	0,0619	0,3223	0,1245	0,0768	0,0595	0,3712	0,0510	0,0340	0,0576	0,0456	0,0280	0,0837	0,0384	0,0730
AE2-AE3	0,0823	1,0267	0,1243	0,0941	0,0757	0,0880	0,0789	0,0590	0,0884	0,0768	0,3714	0,1627	0,1503	0,0389	0,0822	0,0560	0,0711
AE4	0,0741	0,0178	1,0344	0,0611	0,0715	0,0886	0,0869	0,0559	0,0773	0,0888	0,0396	0,0952	0,0852	0,0322	0,0644	0,0409	0,0772
AE5	0,0017	0,0033	0,0035	1,0684	0,0021	0,0018	0,0018	0,0021	0,0022	0,0019	0,0020	0,0019	0,0023	0,0015	0,0020	0,0017	0,0027
AE6	0,2609	0,0258	0,0660	0,1584	1,2738	0,2985	0,1197	0,1550	0,1886	0,1311	0,0827	0,1512	0,1201	0,0730	0,1439	0,0911	0,1944
AE7	0,0321	0,0046	0,0117	0,0282	0,0283	1,0304	0,0209	0,0231	0,0295	0,0227	0,0146	0,0268	0,0213	0,0129	0,0251	0,0161	0,0339
AE8	0,0094	0,0012	0,0033	0,0076	0,0082	0,0072	1,0819	0,0936	0,0112	0,0338	0,0044	0,0072	0,0056	0,0053	0,0230	0,0089	0,0100
AE9	0,0172	0,0026	0,0075	0,0156	0,0160	0,0150	0,0143	1,0658	0,0160	0,0130	0,0086	0,0150	0,0124	0,0083	0,0166	0,0098	0,0185
AE10	0,0039	0,0016	0,0016	0,0104	0,0039	0,0061	0,0030	0,0027	1,1031	0,0060	0,0025	0,0052	0,0037	0,0031	0,1089	0,0123	0,0066
AE11	0,0209	0,0034	0,0098	0,0190	0,0246	0,0234	0,0201	0,0199	0,0198	1,2286	0,0139	0,0278	0,0156	0,0118	0,0192	0,0188	0,0268
AE12	0,2640	0,0728	0,3874	0,2356	0,2433	0,2704	0,2584	0,1915	0,2867	0,2462	1,2471	0,2995	0,1954	0,1124	0,2491	0,1552	0,2290
AE13	0,0117	0,0047	0,0049	0,0709	0,0133	0,0618	0,0078	0,0085	0,0140	0,0086	0,0069	1,0755	0,0101	0,0073	0,0163	0,0127	0,0135
AE14	0,0179	0,0120	0,0101	0,1056	0,0181	0,0384	0,0137	0,0145	0,0195	0,0141	0,0187	0,0249	1,2524	0,0641	0,0905	0,0591	0,0208
AE15	0,0461	0,0079	0,0185	0,0535	0,0418	0,0416	0,0309	0,0338	0,0458	0,0350	0,0219	0,0410	0,0340	1,0586	0,0386	0,0243	0,0528
AE16	0,0045	0,0007	0,0017	0,0064	0,0041	0,0039	0,0030	0,0034	0,0043	0,0034	0,0021	0,0039	0,0032	0,0019	1,0078	0,0023	0,0057
AE17	0,0061	0,0010	0,0026	0,0062	0,0057	0,0054	0,0043	0,0079	0,0059	0,0050	0,0030	0,0057	0,0043	0,0029	0,0052	1,0054	0,0069
AE18	0,3119	0,0557	0,1765	0,2980	0,3326	0,3011	0,2541	0,2617	0,3278	0,3146	0,1831	0,2866	0,2883	0,1669	0,2854	0,1689	1,2791
AE19	0,1525	0,0253	0,0761	0,1420	0,1464	0,1400	0,1128	0,1218	0,1531	0,1261	0,0852	0,1379	0,1222	0,0793	0,1331	0,0887	0,1593
AE20	0,0685	0,0122	0,0297	0,0712	0,0653	0,0640	0,0496	0,0540	0,0668	0,0560	0,0352	0,0649	0,0496	0,0303	0,0599	0,0382	0,0794
AE21	0,0845	0,0173	0,0346	0,0937	0,0767	0,0764	0,0607	0,0618	0,0796	0,0648	0,0427	0,0801	0,0617	0,0374	0,0688	0,0451	0,0895
AE22	0,2460	0,0427	0,0959	0,2285	0,2279	0,2183	0,1717	0,1941	0,2381	0,1978	0,1205	0,2226	0,1780	0,1106	0,2162	0,1374	0,2927
AE23	0,0421	0,0211	0,0308	0,0522	0,0482	0,0630	0,0434	0,0445	0,0472	0,0536	0,0328	0,0537	0,0406	0,0330	0,0477	0,0399	0,0571
AE24	0,0109	0,0094	0,0102	0,0107	0,0131	0,0159	0,0109	0,0112	0,0114	0,0128	0,0189	0,0142	0,0100	0,0059	0,0124	0,0071	0,0160
AE25	0,0554	0,0196	0,0338	0,0686	0,0743	0,0854	0,0742	0,0688	0,0652	0,0837	0,0488	0,0924	0,0648	0,0436	0,0736	0,0456	0,1034
AE26	0,0207	0,0030	0,0082	0,0187	0,0186	0,0179	0,0138	0,0153	0,0195	0,0151	0,0096	0,0179	0,0142	0,0086	0,0167	0,0107	0,0222
AE27	0,0199	0,0029	0,0074	0,0179	0,0178	0,0171	0,0132	0,0147	0,0187	0,0144	0,0092	0,0171	0,0136	0,0082	0,0160	0,0103	0,0213
AE28	0,0110	0,0016	0,0041	0,0099	0,0098	0,0094	0,0073	0,0081	0,0103	0,0080	0,0051	0,0094	0,0075	0,0045	0,0088	0,0056	0,0117
AE29	0,0590	0,0101	0,0244	0,0570	0,0537	0,0519	0,0403	0,0448	0,0558	0,0460	0,0293	0,0523	0,0422	0,0268	0,0494	0,0324	0,0649
AE30	0,0525	0,0089	0,0213	0,0515	0,0487	0,0466	0,0390	0,0400	0,0506	0,0436	0,0255	0,0503	0,0386	0,0234	0,0449	0,0296	0,0581
AE31	0,0003	0,0001	0,0001	0,0003	0,0003	0,0003	0,0002	0,0003	0,0003	0,0003	0,0002	0,0003	0,0002	0,0001	0,0003	0,0002	0,0005
AE32	0,4789	0,0701	0,1789	0,4317	0,4313	0,4137	0,3205	0,3568	0,4505	0,3494	0,2228	0,4127	0,3274	0,1992	0,3859	0,2490	0,5170
Família chefiada por mulheres	0,4003	0,0601	0,1551	0,3604	0,3698	0,3526	0,2835	0,3161	0,3805	0,3022	0,1920	0,3531	0,2787	0,1722	0,3267	0,2190	0,4537
Família chefiada por homens	1,7430	0,2522	0,6410	1,5720	1,5528	1,4930	1,1374	1,2657	1,6321	1,2532	0,8005	1,4872	1,1820	0,7144	1,3970	0,8860	1,8418
Assalariados M	0,0804	0,0189	0,0521	0,0820	0,0874	0,0787	0,0829	0,1104	0,0834	0,0869	0,0522	0,0853	0,0629	0,0491	0,0805	0,0752	0,1210
Assalariados H	0,2559	0,0672	0,1647	0,3382	0,2066	0,2136	0,1897	0,1906	0,3069	0,1996	0,1244	0,2218	0,1660	0,1076	0,2551	0,1366	0,2412
Empregadores M	0,0104	0,0016	0,0043	0,0083	0,0116	0,0094	0,0102	0,0100	0,0106	0,0097	0,0048	0,0089	0,0071	0,0044	0,0080	0,0063	0,0237
Empregadores H	0,0778	0,0059	0,0128	0,0561	0,0449	0,0320	0,0256	0,0286	0,0535	0,0310	0,0153	0,0336	0,0263	0,0135	0,0449	0,0223	0,0561
Autônomas M	0,0138	0,0023	0,0063	0,0119	0,0169	0,0127	0,0332	0,0207	0,0178	0,0133	0,0069	0,0140	0,0104	0,0063	0,0124	0,0121	0,0367
Autônomos H	0,0877	0,0062	0,0144	0,0685	0,0439	0,0327	0,0288	0,0289	0,0666	0,0330	0,0164	0,0327	0,0309	0,0152	0,0521	0,0245	0,0529
Sem remuneração M	0,0170	0,0013	0,0037	0,0071	0,0131	0,0088	0,0090	0,0084	0,0150	0,0070	0,0041	0,0084	0,0062	0,0036	0,0080	0,0062	0,0201
Sem remuneração H	0,0367	0,0009	0,0023	0,0051	0,0135	0,0068	0,0056	0,0054	0,0151	0,0048	0,0028	0,0056	0,0041	0,0023	0,0086	0,0047	0,0104
Rendimento de capital privado	1,2108	0,1537	0,3966	1,0301	1,1719	1,1525	0,7971	0,9145	1,1077	0,9130	0,6029	1,1306	0,9108	0,5393	0,9672	0,6323	1,3556
TD Não Remunerada M	0,3239	0,0474	0,1210	0,2920	0,2917	0,2798	0,2167	0,2413	0,3046	0,2363	0,1507	0,2791	0,2214	0,1347	0,2610	0,1684	0,3496
TD Não Remunerado H	0,1550	0,0227	0,0579	0,1398	0,1396	0,1339	0,1037	0,1155	0,1458	0,1131	0,0721	0,1336	0,1060	0,0645	0,1249	0,0806	0,1674
Total	8,0604	2,1366	4,0771	7,5263	7,6814	7,4323	5,9578	6,3503	8,0177	6,5551	4,7875	7,3076	6,2333	4,0670	6,9423	4,7359	8,3451

TABELA 6.1 MATRIZ DE MULTIPLICADORES CONTÁBEIS (M) PARA O MÉXICO, 2008 (2/3)

Contas endógenas	AE19	AE20	AE21	AE22	AE23	AE24	AE25	AE26	AE27	AE28	AE29	AE30	AE31	AE32
AE1	0,0649	0,0635	0,0691	0,0730	0,0702	0,0673	0,0667	0,0703	0,0563	0,0679	0,0801	0,0697	0,0656	0,0858
AE2-AE3	0,1290	0,0627	0,0649	0,0704	0,0682	0,0644	0,0647	0,0667	0,0738	0,0733	0,0779	0,0776	0,0797	0,0753
AE4	0,0632	0,0636	0,0642	0,0700	0,0703	0,0569	0,0663	0,0794	0,0760	0,0927	0,1129	0,0795	0,0793	0,0666
AE5	0,0035	0,0016	0,0017	0,0019	0,0017	0,0016	0,0016	0,0075	0,0147	0,0033	0,0026	0,0027	0,0053	0,0019
AE6	0,1715	0,1686	0,1840	0,1945	0,1869	0,1793	0,1778	0,1875	0,1506	0,1798	0,2317	0,1855	0,1768	0,2289
AE7	0,0305	0,0300	0,0346	0,0346	0,0333	0,0319	0,0316	0,0333	0,0261	0,0319	0,0403	0,0330	0,0306	0,0405
AE8	0,0079	0,0075	0,0085	0,0086	0,0087	0,0079	0,0084	0,0084	0,0107	0,0083	0,0153	0,0087	0,0085	0,0098
AE9	0,0170	0,0163	0,0177	0,0187	0,0188	0,0173	0,0185	0,0185	0,0189	0,0194	0,0175	0,0200	0,0182	0,0219
AE10	0,0032	0,0038	0,0031	0,0032	0,0031	0,0029	0,0029	0,0031	0,0028	0,0045	0,0033	0,0032	0,0030	0,0035
AE11	0,0203	0,0193	0,0384	0,0234	0,0309	0,0208	0,0364	0,0234	0,0249	0,0242	0,0245	0,0255	0,0311	0,0208
AE12	0,4255	0,2027	0,2096	0,2277	0,2207	0,2085	0,2094	0,2151	0,2399	0,2372	0,2515	0,2502	0,2591	0,2435
AE13	0,0115	0,0108	0,0118	0,0129	0,0119	0,0114	0,0113	0,0121	0,0102	0,0116	0,0145	0,0128	0,0112	0,0141
AE14	0,0192	0,0178	0,0171	0,0183	0,0176	0,0164	0,0165	0,0178	0,0161	0,0177	0,0178	0,0243	0,0179	0,0204
AE15	0,0609	0,0665	0,0491	0,0500	0,0490	0,0459	0,0455	0,0473	0,0386	0,0473	0,0466	0,0541	0,0452	0,0559
AE16	0,0044	0,0043	0,0047	0,0050	0,0048	0,0046	0,0046	0,0048	0,0042	0,0046	0,0055	0,0047	0,0044	0,0056
AE17	0,0061	0,0061	0,0073	0,0069	0,0073	0,0064	0,0065	0,0075	0,0097	0,0096	0,0099	0,0084	0,0074	0,0079
AE18	0,2975	0,2648	0,2691	0,2760	0,2723	0,2534	0,2588	0,2674	0,2480	0,2674	0,2880	0,2879	0,2705	0,3154
AE19	1,1707	0,1501	0,1641	0,1574	0,1587	0,1467	0,1489	0,1551	0,1304	0,1508	0,1500	0,1564	0,1619	0,1836
AE20	0,0752	1,1197	0,1538	0,0796	0,0928	0,0786	0,0808	0,0854	0,0680	0,0847	0,0764	0,0825	0,0953	0,0867
AE21	0,0869	0,0965	1,1813	0,0925	0,1031	0,0862	0,0877	0,0859	0,0683	0,0911	0,0873	0,0840	0,1118	0,0974
AE22	0,2538	0,2616	0,2795	1,2846	0,2881	0,2689	0,2572	0,2718	0,2177	0,2728	0,2581	0,3051	0,2502	0,3134
AE23	0,0733	0,0729	0,0912	0,0563	1,1172	0,1075	0,0713	0,0587	0,0814	0,0691	0,0595	0,0636	0,0743	0,0477
AE24	0,0198	0,0208	0,0373	0,0116	0,0129	1,0824	0,0134	0,0114	0,0108	0,0129	0,0155	0,0118	0,0122	0,0115
AE25	0,0796	0,0888	0,0911	0,0587	0,1111	0,0857	1,0798	0,0643	0,0700	0,1009	0,1176	0,0772	0,0719	0,0594
AE26	0,0212	0,0201	0,0229	0,0231	0,0231	0,0213	0,0210	1,0226	0,0172	0,0226	0,0211	0,0219	0,0203	0,0268
AE27	0,0194	0,0192	0,0209	0,0221	0,0213	0,0204	0,0202	0,0214	1,0166	0,0203	0,0202	0,0211	0,0194	0,0262
AE28	0,0107	0,0118	0,0116	0,0122	0,0117	0,0112	0,0111	0,0117	0,0091	1,0120	0,0111	0,0116	0,0118	0,0142
AE29	0,0631	0,0615	0,0665	0,0651	0,0649	0,0638	0,0653	0,0671	0,0555	0,0632	1,0608	0,0645	0,0844	0,0758
AE30	0,0589	0,0512	0,0643	0,0582	0,0606	0,0534	0,0540	0,0574	0,0565	0,0662	0,0607	1,0676	0,0591	0,0660
AE31	0,0003	0,0003	0,0004	0,0004	0,0004	0,0003	0,0003	0,0004	0,0003	0,0003	0,0003	0,0004	1,0003	0,0004
AE32	0,4683	0,4634	0,5068	0,5337	0,5150	0,4928	0,4921	0,5279	0,4071	0,4916	0,4917	0,5138	0,4723	1,6585
Família chefiada por mulheres	0,3946	0,3997	0,4457	0,4516	0,4478	0,4202	0,4420	0,5234	0,3910	0,4202	0,4376	0,4638	0,4328	0,7239
Família chefiada por homens	1,6985	1,6636	1,8035	1,9319	1,8425	1,7782	1,7342	1,7695	1,3881	1,7718	1,7402	1,8063	1,6488	2,0760
Assalariadas M	0,0944	0,1145	0,1625	0,0787	0,1519	0,0920	0,2183	0,4468	0,2642	0,1052	0,1443	0,2235	0,2588	0,0807
Assalariados H	0,3256	0,2445	0,2591	0,1556	0,2719	0,1880	0,4333	0,4494	0,2538	0,2669	0,2464	0,2798	0,5367	0,1629
Empregadoras M	0,0089	0,0083	0,0088	0,0086	0,0174	0,0081	0,0149	0,0127	0,0138	0,0109	0,0270	0,0130	0,0084	0,0090
Empregadoras H	0,0360	0,0319	0,0319	0,0274	0,0806	0,0269	0,0473	0,0274	0,0415	0,0519	0,0508	0,0590	0,0265	0,0279
Autônomas M	0,0123	0,0116	0,0128	0,0119	0,0236	0,0115	0,0187	0,0141	0,0293	0,0195	0,0253	0,0257	0,0119	0,0130
Autônomos H	0,0752	0,0303	0,0340	0,0302	0,0879	0,0307	0,0681	0,0328	0,0462	0,0483	0,0396	0,0825	0,0300	0,0317
Sem remuneração M	0,0071	0,0071	0,0072	0,0068	0,0094	0,0065	0,0100	0,0079	0,0098	0,0085	0,0209	0,0090	0,0081	0,0077
Sem remuneração H	0,0053	0,0046	0,0049	0,0049	0,0072	0,0047	0,0076	0,0054	0,0080	0,0055	0,0100	0,0071	0,0055	0,0056
Rendimento de capital privado	1,1803	1,2737	1,3561	1,6926	1,2570	1,4839	0,9664	0,8552	0,7880	1,3172	1,2494	1,1795	0,8048	0,8932
TD Não Remunerada M	0,3167	0,3134	0,3427	0,3609	0,3483	0,3333	0,3328	0,3570	0,2753	0,3324	0,3325	0,3475	0,3194	1,1216
TD Não Remunerado H	0,1516	0,1500	0,1640	0,1727	0,1667	0,1595	0,1593	0,1709	0,1318	0,1591	0,1592	0,1663	0,1529	0,5369
Total	8,0441	7,7011	8,3798	8,4844	8,3690	8,0598	7,8836	8,1837	6,8713	8,0767	8,1534	8,2923	7,8036	9,5753

TABELA 6.1 MATRIZ DE MULTIPLICADORES CONTÁBEIS (M) PARA O MÉXICO, 2008 (3/3)

Contas endógenas	Família chefiada por mulheres	Família chefiada por homens	Assalariadas M	Assalariados H	Empregadoras M	Empregadores H	Autônomas M	Autônomos H	Sem remuneração M	Sem remuneração H	Rendimento de capital privado	TD Não Remunerada M	TD Não Remunerado H	Efeito absorção
AE1	0,0973	0,0802	0,0868	0,0821	0,0822	0,0769	0,0825	0,0771	0,0871	0,0820	0,0746	0,0882	0,0808	4,6919
AE2-AE3	0,0843	0,0709	0,0761	0,0724	0,0721	0,0679	0,0723	0,0681	0,0764	0,0723	0,0657	0,0772	0,0714	4,7223
AE4	0,0756	0,0622	0,0674	0,0637	0,0638	0,0597	0,0641	0,0598	0,0676	0,0636	0,0579	0,0685	0,0627	3,9688
AE5	0,0022	0,0018	0,0019	0,0018	0,0018	0,0017	0,0018	0,0017	0,0019	0,0018	0,0017	0,0020	0,0018	1,1784
AE6	0,2598	0,2137	0,2316	0,2189	0,2193	0,2050	0,2202	0,2056	0,2325	0,2186	0,1989	0,2353	0,2155	9,0126
AE7	0,0449	0,0383	0,0409	0,0390	0,0387	0,0367	0,0388	0,0368	0,0410	0,0390	0,0355	0,0414	0,0386	2,3541
AE8	0,0112	0,0092	0,0100	0,0094	0,0094	0,0088	0,0095	0,0089	0,0100	0,0094	0,0086	0,0101	0,0093	1,5725
AE9	0,0248	0,0205	0,0222	0,0210	0,0210	0,0197	0,0211	0,0197	0,0222	0,0210	0,0191	0,0225	0,0207	1,8062
AE10	0,0037	0,0034	0,0036	0,0035	0,0034	0,0033	0,0034	0,0033	0,0036	0,0035	0,0031	0,0036	0,0035	1,3748
AE11	0,0235	0,0195	0,0210	0,0199	0,0199	0,0187	0,0200	0,0187	0,0211	0,0199	0,0181	0,0213	0,0196	2,1487
AE12	0,2730	0,2290	0,2461	0,2339	0,2330	0,2194	0,2339	0,2200	0,2469	0,2337	0,2125	0,2495	0,2307	11,4063
AE13	0,0146	0,0139	0,0142	0,0139	0,0134	0,0132	0,0134	0,0132	0,0142	0,0139	0,0126	0,0142	0,0139	1,6953
AE14	0,0226	0,0193	0,0206	0,0197	0,0195	0,0185	0,0196	0,0185	0,0207	0,0197	0,0179	0,0208	0,0195	2,3063
AE15	0,0559	0,0559	0,0559	0,0559	0,0530	0,0530	0,0530	0,0530	0,0559	0,0559	0,0505	0,0559	0,0559	3,0374
AE16	0,0055	0,0057	0,0056	0,0057	0,0053	0,0054	0,0053	0,0054	0,0056	0,0057	0,0051	0,0056	0,0057	1,2005
AE17	0,0093	0,0072	0,0080	0,0075	0,0076	0,0070	0,0076	0,0070	0,0081	0,0074	0,0068	0,0082	0,0073	1,2895
AE18	0,3533	0,2968	0,3188	0,3031	0,3018	0,2844	0,3029	0,2851	0,3198	0,3028	0,2753	0,3232	0,2990	13,0950
AE19	0,2121	0,1696	0,1861	0,1743	0,1762	0,1630	0,1770	0,1636	0,1869	0,1741	0,1586	0,1895	0,1713	7,4888
AE20	0,0988	0,0808	0,0878	0,0828	0,0831	0,0775	0,0835	0,0778	0,0881	0,0827	0,0753	0,0892	0,0815	4,2432
AE21	0,1046	0,0939	0,0980	0,0951	0,0929	0,0896	0,0931	0,0897	0,0982	0,0950	0,0862	0,0989	0,0943	4,6645
AE22	0,3618	0,2896	0,3177	0,2977	0,3007	0,2784	0,3021	0,2794	0,3190	0,2974	0,2709	0,3234	0,2925	11,8526
AE23	0,0553	0,0440	0,0484	0,0452	0,0458	0,0423	0,0460	0,0424	0,0486	0,0452	0,0412	0,0493	0,0444	3,3929
AE24	0,0128	0,0108	0,0116	0,0110	0,0110	0,0104	0,0110	0,0104	0,0116	0,0110	0,0100	0,0118	0,0109	1,6297
AE25	0,0667	0,0558	0,0600	0,0570	0,0568	0,0535	0,0570	0,0536	0,0602	0,0570	0,0518	0,0609	0,0562	4,0036
AE26	0,0294	0,0256	0,0270	0,0260	0,0256	0,0244	0,0257	0,0245	0,0271	0,0260	0,0236	0,0274	0,0257	1,8941
AE27	0,0301	0,0243	0,0265	0,0249	0,0251	0,0233	0,0252	0,0234	0,0266	0,0249	0,0227	0,0270	0,0245	1,8570
AE28	0,0156	0,0135	0,0143	0,0138	0,0136	0,0129	0,0136	0,0130	0,0144	0,0138	0,0125	0,0145	0,0136	1,4731
AE29	0,0853	0,0711	0,0766	0,0727	0,0726	0,0682	0,0728	0,0684	0,0769	0,0727	0,0661	0,0777	0,0717	3,6148
AE30	0,0744	0,0618	0,0667	0,0632	0,0632	0,0593	0,0634	0,0594	0,0669	0,0632	0,0574	0,0677	0,0623	3,3361
AE31	0,0005	0,0004	0,0004	0,0004	0,0004	0,0004	0,0004	0,0004	0,0004	0,0004	0,0004	0,0004	0,0004	1,0147
AE32	0,8471	0,5659	0,6753	0,5975	0,6383	0,5515	0,6437	0,5552	0,6803	0,5961	0,5469	0,6973	0,5772	22,0028
Família chefiada por mulheres	1,4798	0,3528	0,7913	0,4795	0,7427	0,3946	0,7642	0,4096	0,8116	0,4739	0,4610	0,8798	0,3983	19,8094
Família chefiada por homens	1,6583	2,2811	2,0388	2,2111	1,9371	2,1295	1,9253	2,1212	2,0276	2,2142	1,9832	1,9899	2,2560	72,2778
Assalariadas M	0,0905	0,0760	1,0816	0,0776	0,0773	0,0728	0,0775	0,0730	0,0819	0,0775	0,0705	0,0827	0,0765	5,7406
Assalariados H	0,1835	0,1527	0,1647	1,1562	0,1560	0,1465	0,1565	0,1469	0,1653	0,1560	0,1419	0,1671	0,1540	10,5070
Empregadoras M	0,0101	0,0084	0,0091	0,0086	1,0086	0,0081	0,0086	0,0081	0,0091	0,0086	0,0078	0,0092	0,0085	1,4319
Empregadores H	0,0315	0,0262	0,0283	0,0268	0,0267	1,0251	0,0269	0,0252	0,0283	0,0267	0,0243	0,0287	0,0264	2,4983
Autônomas M	0,0146	0,0122	0,0132	0,0125	0,0125	0,0117	1,0125	0,0117	0,0132	0,0125	0,0114	0,0134	0,0123	1,6527
Autônomos H	0,0360	0,0296	0,0320	0,0303	0,0303	0,0284	0,0305	1,0284	0,0322	0,0302	0,0275	0,0325	0,0298	2,7006
Sem remuneração M	0,0087	0,0072	0,0078	0,0074	0,0074	0,0069	0,0074	0,0070	1,0078	0,0074	0,0067	0,0079	0,0073	1,3701
Sem remuneração H	0,0063	0,0052	0,0056	0,0053	0,0053	0,0050	0,0053	0,0050	0,0056	1,0053	0,0048	0,0057	0,0053	1,2909
Rendimento de capital privado	1,0120	0,8348	0,9038	0,8548	0,8557	0,8009	0,8591	0,8033	0,9070	0,8539	1,7769	0,9177	0,8420	43,5056
TD Não Remunerada M	0,5729	0,3827	0,4567	0,4041	0,4317	0,3730	0,4353	0,3755	0,4601	0,4031	0,3699	1,4716	0,3903	15,8804
TD Não Remunerado H	0,2742	0,1832	0,2186	0,1934	0,2066	0,1785	0,2084	0,1797	0,2202	0,1930	0,1770	0,2257	1,1868	8,1224
Total	8,7344	7,0063	8,6786	8,2005	8,2685	7,7347	8,3015	7,7577	8,7098	8,1920	7,5504	8,8143	8,0759	

Fonte: Elaboração própria.

6.1. Geração de renda sem financiamento

Uma vez que se compreenda o funcionamento dos multiplicadores contábeis, introduzimos na matriz as transferências recebidas por homens e mulheres que foram beneficiados pelo Pronafim, supondo que não exista um outro financiamento. Para isso, multiplica-se o auxílio dado a trabalhadores autônomos de acordo com o setor econômico onde realizam sua atividade produtiva, separado entre homens e mulheres, pelo multiplicador de seu respectivo setor econômico, que está na matriz de multiplicadores contábeis.

Para compreender melhor a interpretação dos resultados dos multiplicadores contábeis, pensemos na forma em que atua o fluxo circular da renda. Quando os homens e as mulheres que trabalham por conta própria recebem o auxílio do Pronafim, é como se os setores econômicos recebessem também esse apoio, pois este microcrédito recebido pelas pessoas é utilizado para empreender e/ou continuar o desenvolvimento de suas atividades produtivas.

Ou seja: no momento em que os trabalhadores autônomos recebem o auxílio creditício, os setores econômicos absorvem essa transferência, pois os homens autônomos e as mulheres autônomas que estão dentro dos setores (desde o AE1 até o AE32) utilizam esse auxílio para empreender um novo negócio, ou também para melhorar o que já têm. Desta forma, os setores econômicos (por meio dos autônomos) adquirem bens e serviços intermediários, assim como trabalho e capital privado.

Os dois últimos pertencem às famílias, já que elas recebem recursos pelo uso de seus fatores produtivos, que utilizam na compra de bens e serviços finais. Este gasto realizado pelas famílias é recebido pelos setores econômicos como a renda obtida pela venda de seus produtos e serviços oferecidos aos consumidores, então, a partir da nova conta, começa o ciclo do fluxo circular da renda e o processo termina quando ele converge.

Como mostra a tabela 6.2, quando o Pronafim outorga os auxílios aos homens, a economia expande sua renda em 2.510,87 milhões de pesos, enquanto o auxílio dado às mulheres gera uma expansão na renda total de 32.231,42 milhões de pesos.

O setor econômico que se vê majoritariamente beneficiado é o do comércio (AE18), pois experimenta uma expansão em sua renda de 152,84 milhões de pesos quando o auxílio é dado aos homens; quando o auxílio é dado a mulheres, se expande ainda mais, alcançando 3.263 milhões de pesos. Em segundo lugar, o setor que também se vê bastante favorecido pelas transferências do Pronafim é o do trabalho doméstico não remunerado (AE32); quando os homens recebem o auxílio, constata-se uma expansão de 150,17 milhões de pesos; quando é a mulher que recebe o auxílio, o valor econômico do trabalho doméstico não remunerado se incrementa em 1.954 milhões de pesos.

TABELA 6.2 EFEITOS EXPANSIVOS DO PRONAFIM POR GÊNERO, SEM FINANCIAMENTO

Contas endógenas	Efeito absorção ou indução*	
	Homens	Mulheres
AE1	148,39	511,61
AE2-AE3	26,67	297,31
AE4	23,41	324,87
AE5	36,45	13,02
AE6	70,86	1.066,59
AE7	10,28	137,32
AE8	4,19	253,14
AE9	8,11	270,29
AE10	3,29	28,04
AE11	8,82	117,91
AE12	80,73	952,59
AE13	7,79	77,26
AE14	15,92	82,39
AE15	15,58	195,50
AE16	6,08	22,44
AE17	3,58	67,22
AE18	152,84	3.263,25
AE19	65,56	614,76
AE20	23,30	304,24
AE21	27,28	343,48
AE22	82,63	1.097,33
AE23	27,51	290,11
AE24	4,04	58,55
AE25	30,81	414,36
AE26	7,57	110,08
AE27	9,07	151,87
AE28	7,44	70,23
AE29	29,11	747,08
AE30	46,32	537,54
AE31	0,11	1,61
AE32	150,17	1.954,10
Família chefiada por mulheres	129,00	1.720,82
Família chefiada por homens	540,09	6.950,36
Assalariadas M	35,60	527,70
Assalariados H	84,50	972,08
Empregadoras M	4,30	80,17
Empregadores H	19,32	210,44
Autônomas M	6,32	121,44
Autônomos H	22,22	208,90
Sem remuneração M	4,43	67,92
Sem remuneração H	5,70	42,03
Rendimento de capital privado	375,32	4.999,36
TD Não Remunerada M	101,56	1.321,55
TD Não Remunerado H	48,61	632,55
Total	2.510,87	32.231,42

* Valores em milhões de pesos constantes de 2008.

Fonte: Elaboração própria.

A partir dos efeitos gerados pelo auxílio a homens donos de negócios, também podemos notar que os setores da agricultura, criação e exploração de animais, aproveitamento florestal, pesca e caça (AE1) e serviços imobiliários e de aluguel de bens móveis e intangíveis (AE22) são beneficiados por esses tipos de apoio, pois cada um aumenta sua renda em 148,39 e 82,63 milhões de pesos, respectivamente. Pelo lado das mulheres, outros setores que são altamente beneficiados são o da indústria alimentícia (AE6) e novamente o setor AE22, que recebem 1.066,59 e 1.097,33 milhões de pesos, respectivamente.

Os efeitos sobre os fatores produtivos, trabalho e capital são positivos tanto para homens quanto para mulheres. Vale a pena destacar que a renda do fator capital se expande em maior medida que o pagamento pelo trabalho. Enquanto os homens são mais beneficiados que as mulheres em termos de renda expandida para os tipos de ocupação assalariado, autônomo e empregador, as mulheres são em maior medida beneficiadas que os homens quando o tipo de ocupação é não remunerado.

As famílias chefiadas por homens são as maiores beneficiadas em termos de renda expandida, não importando se o auxílio é recebido por homens ou por mulheres. Quando os homens recebem o auxílio, a renda das famílias chefiadas por homens se expande em 540,09 milhões de pesos, enquanto o das famílias chefiadas por mulheres cresce em 129 milhões de pesos. Quando as mulheres recebem o auxílio, as famílias chefiadas por homens continuam sendo majoritariamente beneficiadas, em comparação às famílias chefiadas por mulheres (6.950,36 milhões de pesos dos homens contra 1.720 milhões de pesos das mulheres), mesmo que as mulheres fiquem com 92,48% do auxílio total distribuído pelo programa.

Em parte, esses resultados são consequência da baixa participação da mulher nas atividades produtivas, assim como do papel do gênero, já que em poucas famílias as mulheres declaram ser as chefes da casa, mesmo que elas apórtem a maior parte da renda da economia familiar.

6.2. Geração de renda com financiamento: imposto aos setores econômicos

No seguinte exercício partimos do pressuposto que existem diversas formas de financiar os microcréditos outorgados pelo Pronafim. Para isso, levaremos em consideração somente o montante do auxílio dado a mulheres, ou seja, o pressuposto é que somente são financiados os microcréditos outorgados a mulheres autônomas, pois são elas, finalmente, que ficam com a maior parte do auxílio total distribuído. Com isso, poderá ser melhor observado o efeito que provoca a participação das mulheres nas atividades produtivas do país, assim como também sobre as famílias chefiadas por homens e por mulheres, e os fatores produtivos.

Como mencionado anteriormente, teremos quatro tipos de financiamento: dois aplicados aos setores econômicos (soma fixa e taxa fixa) e dois aplicados às famílias (ISR trabalhista de taxa fixa e ISR trabalhista de soma fixa).

Para o imposto de soma fixa que seria pago pelos setores econômicos, a quantidade total do auxílio outorgado a mulheres (4.039,46 milhões de pesos) foi dividida entre os 30 setores econômicos¹⁶, o que resultou em um imposto de 134,65 milhões de pesos. Por sua vez, para o imposto de taxa fixa, o auxílio outorgado a mulheres (4.039,46 milhões de pesos) foi dividido entre o total da produção bruta de todos os setores econômicos mostrado na MCS de 2008 (20.682.566,32 milhões de pesos); desta forma, a taxa que seria paga a cada setor seria de 0,020%, como mostra a tabela 6.3.

Assim como mostra a tabela 6.4, com um imposto de soma fixa, a economia experimenta uma expansão total na renda de 3.885,70 milhões de pesos. Deste montante gerado, o setor econômico mais beneficiado pelo auxílio outorgado a mulheres continua sendo o do comércio (AE18), com uma expansão de 2.076,55 milhões de pesos, seguido pelo setor de serviços de alojamento temporário e de produção de alimentos e bebidas (AE29), com uma renda gerada que chega a 398,86 milhões de pesos.

Em contrapartida, os setores que mais perdem neste tipo de financiamento são o da mineração (AE2-AE3) e o das indústrias metálicas básicas e fabricação de produtos metálicos (AE14), pois suas receitas são afetadas em 200,88 e 190,82 milhões de pesos, respectivamente. Isto se deve a que o setor da mineração não apresenta mulheres autônomas trabalhadoras, enquanto no outro setor a quantidade que paga por conceito de impostos é maior que o que recebe dos auxílios das mulheres autônomas.

Por sua vez, as famílias chefiadas por homens¹⁷ seguem beneficiando-se do auxílio dado a mulheres, pois elas experimentam uma geração de renda igual a 1.102,79 milhões de pesos, enquanto as famílias chefiadas por mulheres só se beneficiam de 287,30 milhões de pesos. Quanto aos fatores produtivos, trabalho e capital, todos são igualmente beneficiados, com a exceção dos assalariados homens, que são afetados em 10,42 milhões de pesos.

¹⁶ Do setor 31, que representa o trabalho doméstico não remunerado, não é cobrado um imposto, pois eles não recebem uma remuneração formal.

¹⁷ Semelhantemente ao caso sem financiamento, as famílias chefiadas por homens são as majoritariamente beneficiadas, mesmo que sejam as mulheres quem recebe o benefício.

TABELA 6.3 IMPOSTO APLICADO A CADA SETOR ECONÔMICO

Setor econômico	Auxílio a mulheres autônomas: montante a financiar	Imposto aos setores econômicos*	
		Soma fixa	Tasa fixa
AE1	136,50	134,65	114,51
AE2-AE3	0,00	134,65	241,86
AE4	0,00	134,65	88,81
AE5	1,81	134,65	376,11
AE6	266,70	134,65	234,44
AE7	5,55	134,65	43,86
AE8	182,29	134,65	17,15
AE9	188,79	134,65	34,03
AE10	6,34	134,65	9,32
AE11	12,70	134,65	34,52
AE12	2,93	134,65	351,51
AE13	23,64	134,65	43,67
AE14	1,16	134,65	131,38
AE15	0,00	134,65	420,29
AE16	1,83	134,65	12,33
AE17	37,92	134,65	24,71
AE18	2.125,03	134,65	455,58
AE19	3,53	134,65	225,11
AE20	1,58	134,65	95,19
AE21	2,36	134,65	116,85
AE22	11,34	134,65	315,50
AE23	60,24	134,65	78,69
AE24	0,00	134,65	16,46
AE25	31,58	134,65	92,79
AE26	26,06	134,65	105,32
AE27	71,32	134,65	70,86
AE28	25,89	134,65	14,46
AE29	501,92	134,65	77,96
AE30	310,43	134,65	67,64
AE31	0,00	134,65	128,54
AE32	0,00	0,00	0,00
Total	4.039,46	4.039,46	4.039,46

* Valores em milhões de pesos constantes de 2008.

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 6.4. EFEITOS EXPANSIVOS DO AUXÍLIO OUTORGADO A MULHERES PELO PRONAFIM COM FINANCIAMENTO DOS SETORES ECONÔMICOS

Contas endógenas	Imposto aos setores econômicos*	
	Efeito com imposto de soma fixa	Efeito com imposto de taxa fixa
AE1	36,52	95,04
AE2-AE3	-200,88	-355,93
AE4	-87,90	-12,31
AE5	-142,16	-398,86
AE6	270,98	206,89
AE7	-105,59	-9,70
AE8	59,38	201,08
AE9	67,10	176,53
AE10	-150,59	-0,66
AE11	-133,42	-6,45
AE12	-138,23	-309,44
AE13	-125,04	-36,27
AE14	-190,82	-207,29
AE15	-110,41	-404,27
AE16	-128,83	-6,13
AE17	-92,03	20,25
AE18	2.076,55	1.806,06
AE19	-58,88	-129,29
AE20	-108,82	-53,15
AE21	-105,94	-76,91
AE22	72,87	-70,45
AE23	-79,80	-1,08
AE24	-139,91	-13,71
AE25	-16,20	46,37
AE26	-95,84	-63,40
AE27	-50,40	16,19
AE28	-102,08	19,79
AE29	398,86	464,32
AE30	208,84	286,62
AE31	-134,22	-128,10
AE32	315,13	384,60
Família chefiada por mulheres	287,30	356,71
Família chefiada por homens	1.102,79	1.334,70
Assalariadas M	36,98	99,98
Assalariados H	-10,42	53,64
Empregadoras M	38,38	39,14
Empregadores H	59,72	67,66
Autônomas M	57,34	61,58
Autônomos H	37,73	45,34
Sem remuneração M	32,17	32,83
Sem remuneração H	13,03	15,49
Rendimento de capital privado	907,31	998,21
TD Não Remunerada M	213,12	260,10
TD Não Remunerado H	102,01	124,50
Total	3.885,70	4.930,24

* Valores em milhões de pesos constantes de 2008.

Fonte: Elaboração própria.

Na mesma tabela 6.4, é possível ver que os efeitos causados pelo imposto de taxa fixa provocam uma expansão da renda nacional em um montante que chega a 4.930,24 milhões de pesos (1.044,55 milhões de pesos a mais que no caso anterior). Neste tipo de financiamento, os setores mais beneficiados são os mesmos que no caso do imposto de soma fixa: o setor do comércio (AE18) e o setor de serviços de alojamento temporário e de produção de alimentos e bebidas (AE29), cada um com aumentos na renda equivalentes a 1.806,06 e 464,32 milhões de pesos, respectivamente.

No entanto, os setores econômicos mais afetados são o da fabricação de maquinaria e equipamentos, entre outros (AE15), com uma redução em suas receitas de 404,27 milhões de pesos, seguido pelo da construção, com uma perda de 398,86 milhões de pesos.

Com este imposto de taxa fixa, as famílias chefiadas por homens continuam sendo majoritariamente beneficiados em comparação às chefiadas por mulheres. Similarmente, o trabalho e o capital continuam sendo beneficiados pelo auxílio, apesar deste tipo de imposto.

6.3. Geração de renda com financiamento: imposto às famílias

Os outros dois tipos de financiamento são alcançados por meio dos impostos às famílias. No primeiro tipo, o imposto será estabelecido de acordo com o imposto sobre a renda laboral (ISRL) que pagam as famílias chefiadas por homens e as famílias chefiadas por mulheres, dado obtido pela MCS de 2008.

Para chegar ao que cada família pagaria para financiar o auxílio dado a mulheres, é necessário obter a participação porcentual que cada tipo de família tem sobre o total do ISRL registrado na MCS.

Ou seja: o ISRL pago pelas famílias chefiadas por homens e chefiadas por mulheres se divide entre o total de ISRL e depois é multiplicado pelos 4,039 milhões de pesos que recebem as mulheres por meio do Pronafim.

Desta forma, o imposto que as famílias chefiadas por homens teriam que pagar seria de 3.311,41 milhões de pesos, enquanto aquelas chefiadas por mulheres teriam que pagar 728,04 milhões de pesos, como mostra a segunda coluna da tabela 6.5.

O imposto do tipo soma fixa é calculado dividindo o total do montante a ser financiado (4.039,46 milhões de pesos) pelos dois tipos de famílias; assim, cada uma teria que pagar um montante de 2.019,73 milhões de pesos (tabela 6.5).

TABELA 6.5. IMPOSTO APLICADO A FAMÍLIAS

Tipo de família	Imposto sobre renda laboral taxa fija	Imposto sobre renda laboral soma fixa
Famílias chefiadas por homens	3.311,41	2.019,73
Famílias chefiadas por mulheres	728,04	2.019,73
Total	4.039,46	4.039,46

* Valores em milhões de pesos constantes de 2008.

Fonte: Elaboração própria.

Como mostra a tabela 6.6, o tipo de imposto ISRL com taxa fixa faz com que a economia mexicana tenha uma expansão de renda total de 2.671,71 milhões de pesos. O setor do comércio continua sendo o mais beneficiado (com 2.023,36 milhões de pesos), seguido pelo setor de serviços de alojamento temporário e de produção de alimentos e bebidas (AE29), que aumenta sua receita em 449,43 milhões de pesos. Por outro lado, os setores mais afetados são o do trabalho doméstico não remunerado (AE32) e o de serviços imobiliários e de aluguel de bens móveis e intangíveis (AE22), cada um com uma redução em suas receitas equivalente a 536,37 e 125,16 milhões de pesos, respectivamente.

Quanto às famílias chefiadas por homens e mulheres, ambas são igualmente afetadas pelo imposto, pois são as que pagam para financiar o auxílio a mulheres. No entanto, neste caso, as famílias chefiadas por homens são mais prejudicadas do que as chefiadas por mulheres, já que os primeiros reduzem sua renda em 1.810,60 milhões de pesos, enquanto os últimos apenas são afetados por 524,99 milhões de pesos.

No segundo caso, quando se aplica um imposto de soma fixa (cada tipo de família financia a metade do auxílio a mulheres do programa), a economia em geral experimenta uma expansão de 439,57 milhões de pesos, ou seja, 2.232,15 milhões de pesos a menos que no caso do imposto sobre a renda laboral de taxa fixa.

Com este tipo de imposto, os setores econômicos beneficiados, além do já mencionado setor do comércio (que se expande, neste caso, em 1.950,32 milhões de pesos), é o setor de serviços de alojamento temporário e de produção de alimentos e bebidas (AE29), assim como o setor de outros serviços, exceto atividades governamentais (AE30), que se expandem em 431,16 e 262,41 milhões de pesos, respectivamente. Enquanto isso, o setor de serviços imobiliários e de aluguel de bens móveis e intangíveis (AE22) vê sua receita diminuir em um montante que chega a 218,43 milhões de pesos.

Nas demais contas endógenas, podemos observar que as famílias chefiadas por homens e chefiadas por mulheres são igualmente afetadas, pois são elas mesmas que financiam os auxílios outorgados a mulheres, mesmo que as famílias chefiadas por mulheres percam mais que as chefiadas por homens: 1.980,69 milhões de pesos, em comparação a 1.006,18 milhões de pesos.

**TABELA 6.6 EFEITOS EXPANSIVOS DO AUXÍLIO OUTORGADO A MULHERES PELO PRONAFIM
COM FINANCIAMENTO DAS FAMÍLIAS**

Contas endógenas	Imposto às famílias*	
	Efeito com imposto se- gundo o ISTR trabalhista	Efeito com imposto de soma fixa
AE1	175,38	153,26
AE2-AE3	1,26	-16,17
AE4	63,96	46,55
AE5	5,53	5,06
AE6	169,89	110,23
AE7	-22,21	-30,78
AE8	214,56	212,02
AE9	184,38	178,82
AE10	13,94	13,57
AE11	36,33	31,15
AE12	-4,33	-61,21
AE13	20,70	19,70
AE14	1,96	-2,25
AE15	-30,27	-30,26
AE16	-0,37	-0,12
AE17	36,55	33,93
AE18	2.023,36	1.950,32
AE19	-101,16	-156,10
AE20	-35,14	-58,45
AE21	-43,47	-57,35
AE22	-125,16	-218,43
AE23	104,26	89,66
AE24	13,42	10,82
AE25	181,08	167,01
AE26	4,04	-0,90
AE27	49,56	42,07
AE28	14,06	11,33
AE29	449,43	431,16
AE30	278,73	262,41
AE31	-0,12	-0,20
AE32	-536,37	-899,60
Família chefiada por mulheres	-524,99	-1.980,69
Família chefiada por homens	-1.810,60	-1.006,18
Assalariadas M	210,32	191,57
Assalariados H	332,69	292,95
Empregadoras M	44,99	42,82
Empregadores H	100,87	93,90
Autônomas M	70,30	67,16
Autônomos H	84,85	76,58
Sem remuneração M	37,66	35,81
Sem remuneração H	20,19	18,81
Rendimento de capital privado	1.498,05	1.269,19
TD Não Remunerada M	-362,75	-608,40
TD Não Remunerado H	-173,63	-291,21
Total	2.671,71	439,57

* Valores em milhões de pesos constantes de 2008.

Fonte: Elaboração própria.

Por sua vez, todos os tipos de trabalho e o capital privado são beneficiados – os homens em maior medida que as mulheres –, com exceção do trabalho doméstico não remunerado de homens e mulheres, que se mostra afetado pelo imposto aplicado à renda laboral das famílias.

Uma vez analisados os casos anteriores, podemos nos dar conta que o tipo de financiamento que permite uma maior expansão da renda nacional, derivado dos auxílios concedidos a mulheres beneficiárias do Pronafim, é aquele com um tipo de imposto de taxa fixa aos setores econômicos, pois desta forma a economia experimenta uma expansão total de 4.930,24 milhões de pesos, enquanto o tipo de financiamento que menos ajuda na expansão da renda total é o imposto à renda laboral de soma fixa às famílias, pois com este último a economia apenas consegue se expandir em 439,57 milhões de pesos, no total.

7. Redistribuição de renda

Uma vez que analisamos a renda gerada nos setores econômicos e na economia em geral, passaremos a analisar como se redistribui a renda entre os agentes econômicos, isto é, vamos identificar os setores econômicos e os fatores produtivos que melhoram ou pioram seu posicionamento na distribuição da renda nacional.

A tabela 7.1 mostra a Matriz de Redistribuição da Renda (MRR) do México no ano de 2008, que nos dá uma descrição do valor da renda redistribuída na economia quando as contas endógenas recebem de forma exógena uma injeção unitária de recursos. Esta matriz mostra que a soma total das contas endógenas por coluna é igual a zero, pois a redistribuição dos recursos implica um jogo de soma zero: tirar de uns para dar a outros. Desta forma, os sinais positivos e negativos prevaletentes na matriz nos indicarão se as contas endógenas melhoram ou pioram seu posicionamento na distribuição da renda nacional.

Como exemplo, suponhamos que o setor econômico AE1 (agricultura, criação e exploração de animais, aproveitamento florestal, pesca e caça) receba uma transferência unitária de forma exógena. Assim, quando analisamos a coluna referente a este setor na tabela 7.1, podemos identificar que o próprio setor agrícola melhora sua situação em 1,086 pesos, enquanto o setor da construção (AE5) é o que mais perde na redistribuição da renda nacional, pois seu rendimento é afetado em 0,3083 pesos. De forma similar, em termos gerais, quando AE1 recebe de forma exógena uma receita de 1 peso, a renda é redistribuída em um montante total de 1,029 pesos.

A renda total redistribuída por uma injeção é obtida pela soma das expansões de renda dos setores econômicos, dos fatores produtivos e das famílias; neste caso, com a soma dos elementos com sinal positivo da coluna AE1 (obviamente, deve coincidir com a soma de todas as reduções de receita ou elementos com sinal negativo que aparecem nessa coluna, dado que se trata de um exercício de soma zero).

7.1. Redistribuição de renda sem financiamento

Uma vez compreendida a interpretação dos valores expostos na MRR, vamos introduzir na matriz o efeito causado pelas transferências recebidas por homens e mulheres que foram beneficiados pelo Pronafim, supondo que estes auxílios não têm um financiamento.

Para chegar a tais efeitos, o auxílio dado por setor econômico (que está na tabela 5.3) é multiplicado pelo respectivo valor que cada setor econômico tem na MRR. Assim como foi feito no caso da Matriz de Multiplicadores Contábeis, analisaremos em separado os efeitos causados pelos microcréditos dados a mulheres e a homens do programa.

A tabela 7.2 mostra que quando os homens recebem os auxílios microcrédícios do Pronafim, a renda é redistribuída em um total de 320,46 milhões de pesos, dos quais o setor da agricultura, criação e exploração de animais, aproveitamento florestal, pesca e caça (AE1) es el más beneficiado na redistribuição da renda, pois recebe 118,98 milhões de pesos.

Em segundo lugar estão o setor do comércio (AE18) e o de outros serviços, exceto atividades governamentais (AE30), que recebem 35,84 e 28,95 milhões de pesos, respectivamente. Por sua vez, os que pioram em maior valor sua posição na redistribuição da renda são o setor da fabricação de maquinaria e equipamentos, fabricação de equipamentos de computação, comunicação, medição e de outros equipamentos, entre outros (AE15) e o da construção (AE5), pois cada um reduz sua renda em 92,36 e 60,14 milhões de pesos, respectivamente.

Por sua vez, as famílias chefiadas por mulheres pioram seu posicionamento em comparação com as famílias chefiadas por homens. Homens e mulheres assalariados, assim como o trabalho doméstico não remunerado, são prejudicados em seu posicionamento quando os homens são os que recebem os auxílios do programa.

Quando se analisa o lado das transferências dadas a mulheres, descobre-se que a economia mexicana tem uma redistribuição de renda de 4.862,98 milhões de pesos, dos quais os setores econômicos que absorvem parte desse benefício são o do comércio (AE18), que recebe 1.761,37 milhões de pesos, assim como o setor dedicado a serviços de alojamento temporário e de produção de alimentos e bebidas (AE29), que recebe 490,08 milhões de pesos. Por outro lado, os setores cujos posicionamentos pioram em maior volume são o da construção (AE5) e o da fabricação de maquinaria e equipamentos, fabricação de equipamentos de computação, comunicação, medição e de outros equipamentos, entre outros (AE15), cada um com 122,69 y 119,01 milhões de pesos, respectivamente.

TABELA 7.1 MATRIZ DE REDISTRIBUIÇÃO DA RENDA PARA O MÉXICO NO ANO DE 2008 (1/3)

Contas endógenas	AE1	AE2-AE3	AE4	AE5	AE6	AE7	AE8	AE9	AE10	AE11	AE12	AE13	AE14	AE15	AE16	AE17	AE18
AE1	1,0863	-0,0150	-0,0222	-0,0263	0,2324	0,0374	0,0070	-0,0148	0,2772	-0,0258	-0,0221	-0,0279	-0,0274	-0,0197	0,0024	-0,0170	-0,0247
AE2-AE3	-0,1171	0,9738	0,0234	-0,0921	-0,1144	-0,0959	-0,0685	-0,0981	-0,1099	-0,0853	0,2530	-0,0180	-0,0039	-0,0617	-0,0895	-0,0612	-0,1354
AE4	0,0009	-0,0016	0,9973	-0,0073	0,0018	0,0211	0,0328	-0,0018	0,0045	0,0293	-0,0039	0,0288	0,0285	-0,0048	0,0013	-0,0021	0,0014
AE5	-0,3083	-0,0789	-0,1533	0,7789	-0,2934	-0,2842	-0,2273	-0,2422	-0,3062	-0,2503	-0,1822	-0,2792	-0,2375	-0,1550	-0,2651	-0,1805	-0,3183
AE6	0,0676	-0,0255	-0,0317	-0,0220	1,0896	0,1202	-0,0232	0,0028	-0,0037	-0,0261	-0,0321	-0,0241	-0,0294	-0,0245	-0,0226	-0,0224	-0,0057
AE7	-0,0041	-0,0050	-0,0066	-0,0055	-0,0062	0,9970	-0,0058	-0,0054	-0,0064	-0,0067	-0,0069	-0,0060	-0,0067	-0,0053	-0,0060	-0,0051	-0,0036
AE8	-0,0048	-0,0025	-0,0038	-0,0056	-0,0053	-0,0059	1,0714	0,0825	-0,0029	0,0223	-0,0040	-0,0056	-0,0053	-0,0018	0,0109	0,0005	-0,0047
AE9	-0,0109	-0,0049	-0,0067	-0,0106	-0,0108	-0,0109	-0,0065	1,0437	-0,0119	-0,0098	-0,0081	-0,0104	-0,0093	-0,0059	-0,0076	-0,0067	-0,0106
AE10	-0,0038	-0,0004	-0,0023	0,0032	-0,0034	-0,0010	-0,0027	-0,0034	1,0955	-0,0002	-0,0021	-0,0018	-0,0022	-0,0008	0,1023	0,0078	-0,0013
AE11	-0,0075	-0,0041	-0,0046	-0,0076	-0,0025	-0,0029	-0,0010	-0,0025	-0,0085	1,2055	-0,0030	0,0020	-0,0064	-0,0026	-0,0053	0,0021	-0,0026
AE12	-0,0258	-0,0040	0,2409	-0,0350	-0,0329	0,0032	0,0442	-0,0368	-0,0015	0,0106	1,0750	0,0368	-0,0287	-0,0338	-0,0005	-0,0151	-0,0710
AE13	-0,0243	-0,0049	-0,0133	0,0373	-0,0210	0,0286	-0,0188	-0,0198	-0,0218	-0,0206	-0,0145	1,0428	-0,0177	-0,0109	-0,0147	-0,0084	-0,0238
AE14	-0,0904	-0,0167	-0,0447	0,0045	-0,0851	-0,0615	-0,0663	-0,0708	-0,0882	-0,0740	-0,0456	-0,0733	1,1687	0,0094	-0,0028	-0,0045	-0,0914
AE15	-0,3004	-0,0839	-0,1568	-0,2701	-0,2885	-0,2779	-0,2252	-0,2392	-0,2989	-0,2468	-0,1839	-0,2731	-0,2340	0,8838	-0,2598	-0,1793	-0,3060
AE16	-0,0056	-0,0020	-0,0034	-0,0031	-0,0056	-0,0054	-0,0045	-0,0046	-0,0058	-0,0049	-0,0039	-0,0053	-0,0047	-0,0032	0,9991	-0,0036	-0,0048
AE17	-0,0143	-0,0044	-0,0077	-0,0128	-0,0137	-0,0134	-0,0108	-0,0081	-0,0144	-0,0115	-0,0091	-0,0128	-0,0114	-0,0074	-0,0123	0,9934	-0,0142
AE18	-0,0637	-0,0438	-0,0135	-0,0527	-0,0253	-0,0452	-0,0235	-0,0342	-0,0458	0,0092	-0,0400	-0,0539	-0,0021	-0,0226	-0,0381	-0,0518	0,8902
AE19	-0,0331	-0,0239	-0,0178	-0,0313	-0,0305	-0,0312	-0,0244	-0,0244	-0,0315	-0,0248	-0,0250	-0,0303	-0,0214	-0,0144	-0,0267	-0,0203	-0,0328
AE20	-0,0099	-0,0086	-0,0100	-0,0021	-0,0094	-0,0084	-0,0084	-0,0079	-0,0113	-0,0078	-0,0114	-0,0062	-0,0110	-0,0093	-0,0077	-0,0079	-0,0019
AE21	-0,0119	-0,0082	-0,0142	0,0038	-0,0152	-0,0124	-0,0105	-0,0141	-0,0163	-0,0136	-0,0145	-0,0073	-0,0128	-0,0112	-0,0142	-0,0115	-0,0102
AE22	-0,0141	-0,0262	-0,0356	-0,0143	-0,0200	-0,0216	-0,0206	-0,0108	-0,0207	-0,0138	-0,0340	-0,0132	-0,0232	-0,0206	-0,0079	-0,0154	0,0234
AE23	-0,0228	0,0039	-0,0020	-0,0084	-0,0136	0,0032	-0,0045	-0,0066	-0,0173	0,0008	-0,0057	-0,0052	-0,0096	0,0003	-0,0081	0,0018	-0,0101
AE24	-0,0027	0,0058	0,0034	-0,0019	0,0001	0,0034	0,0009	0,0005	-0,0021	0,0017	0,0108	0,0019	-0,0005	-0,0010	0,0008	-0,0008	0,0020
AE25	-0,0211	-0,0007	-0,0049	-0,0029	0,0014	0,0148	0,0176	0,0085	-0,0109	0,0215	0,0033	0,0231	0,0056	0,0050	0,0078	0,0006	0,0242
AE26	-0,0661	-0,0200	-0,0357	-0,0623	-0,0641	-0,0622	-0,0504	-0,0531	-0,0669	-0,0555	-0,0419	-0,0608	-0,0529	-0,0352	-0,0581	-0,0403	-0,0677
AE27	-0,0385	-0,0126	-0,0222	-0,0366	-0,0378	-0,0367	-0,0300	-0,0313	-0,0394	-0,0331	-0,0255	-0,0359	-0,0316	-0,0212	-0,0343	-0,0241	-0,0392
AE28	-0,0010	-0,0016	-0,0020	-0,0012	-0,0015	-0,0016	-0,0016	-0,0013	-0,0016	-0,0017	-0,0020	-0,0014	-0,0018	-0,0015	-0,0015	-0,0014	-0,0006
AE29	-0,0053	-0,0069	-0,0082	-0,0030	-0,0076	-0,0074	-0,0072	-0,0059	-0,0082	-0,0063	-0,0089	-0,0059	-0,0075	-0,0057	-0,0060	-0,0054	-0,0017
AE30	-0,0033	-0,0059	-0,0069	-0,0005	-0,0044	-0,0048	-0,0022	-0,0040	-0,0049	-0,0017	-0,0076	-0,0002	-0,0046	-0,0047	-0,0031	-0,0031	0,0003
AE31	-0,1056	-0,0280	-0,0535	-0,0986	-0,1007	-0,0974	-0,0781	-0,0832	-0,1051	-0,0859	-0,0628	-0,0958	-0,0817	-0,0533	-0,0910	-0,0621	-0,1092
AE32	-0,0050	-0,0582	-0,0659	-0,0202	-0,0298	-0,0325	-0,0372	-0,0244	-0,0309	-0,0441	-0,0646	-0,0260	-0,0469	-0,0450	-0,0309	-0,0354	0,0159
Familiachefiada por mulheres	-0,0471	-0,0585	-0,0713	-0,0573	-0,0566	-0,0600	-0,0472	-0,0364	-0,0646	-0,0617	-0,0738	-0,0526	-0,0673	-0,0536	-0,0587	-0,0438	-0,0096
Família chefiada por homens	0,0609	-0,1937	-0,2098	0,0013	-0,0502	-0,0580	-0,1058	-0,0595	-0,0411	-0,1148	-0,1985	-0,0378	-0,1188	-0,1344	-0,0517	-0,1024	0,1003
Assalariadas M	-0,0606	-0,0185	-0,0192	-0,0497	-0,0470	-0,0513	-0,0213	-0,0007	-0,0569	-0,0278	-0,0315	-0,0426	-0,0461	-0,0221	-0,0409	-0,0076	-0,0250
Assalariados H	-0,0527	-0,0146	0,0086	0,0500	-0,0874	-0,0710	-0,0384	-0,0525	-0,0001	-0,0514	-0,0589	-0,0580	-0,0726	-0,0481	-0,0107	-0,0447	-0,0783
Empregadoras M	-0,0001	-0,0012	-0,0010	-0,0015	0,0017	-0,0003	0,0025	0,0017	0,0001	0,0012	-0,0014	-0,0006	-0,0010	-0,0009	-0,0010	0,0002	0,0128
Empregadores H	0,0368	-0,0050	-0,0080	0,0178	0,0058	-0,0058	-0,0048	-0,0038	0,0126	-0,0024	-0,0091	-0,0036	-0,0054	-0,0072	0,0095	-0,0019	0,0136
Autônomas M	-0,0016	-0,0018	-0,0015	-0,0025	0,0022	-0,0015	0,0217	0,0085	0,0024	0,0007	-0,0022	0,0000	-0,0015	-0,0015	-0,0009	0,0030	0,0207
Autônomos H	0,0398	-0,0065	-0,0098	0,0238	-0,0017	-0,0115	-0,0066	-0,0089	0,0189	-0,0059	-0,0120	-0,0107	-0,0062	-0,0090	0,0108	-0,0036	0,0033
Sem remuneração M	0,0081	-0,0011	-0,0008	-0,0012	0,0047	0,0006	0,0025	0,0014	0,0061	-0,0002	-0,0012	0,0003	-0,0007	-0,0009	0,0003	0,0009	0,0109
Sem remuneração H	0,0301	-0,0009	-0,0010	-0,0010	0,0072	0,0007	0,0007	0,0002	0,0085	-0,0005	-0,0012	-0,0004	-0,0010	-0,0010	0,0029	0,0008	0,0035
Rendimento de capital privado	0,1581	-0,1253	-0,1359	0,0471	0,1687	0,1818	0,0190	0,0851	0,0605	0,0568	-0,0224	0,1762	0,0967	0,0081	0,0605	0,0138	0,2657
TD Não Remunerada M	-0,0034	-0,0394	-0,0445	-0,0136	-0,0202	-0,0220	-0,0252	-0,0165	-0,0209	-0,0298	-0,0437	-0,0176	-0,0317	-0,0304	-0,0209	-0,0239	0,0108
TD Não Remunerado H	-0,0016	-0,0188	-0,0213	-0,0065	-0,0097	-0,0105	-0,0121	-0,0079	-0,0100	-0,0143	-0,0209	-0,0084	-0,0152	-0,0146	-0,0100	-0,0114	0,0052
Total	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

TABELA 7.1 MATRIZ DE REDISTRIBUIÇÃO DA RENDA PARA O MÉXICO NO ANO DE 2008 (2/3)

Contas endógenas	AE19	AE20	AE21	AE22	AE23	AE24	AE25	AE26	AE27	AE28	AE29	AE30	AE31	AE32
AE1	-0,0293	-0,0267	-0,0291	-0,0264	-0,0279	-0,0271	-0,0256	-0,0255	-0,0242	-0,0267	-0,0154	-0,0274	-0,0258	-0,0264
AE2-AE3	-0,0700	-0,1278	-0,1424	-0,1395	-0,1388	-0,1350	-0,1303	-0,1357	-0,0961	-0,1265	-0,1238	-0,1276	-0,1134	-0,1616
AE4	-0,0099	-0,0063	-0,0119	-0,0071	-0,0057	-0,0163	-0,0053	0,0050	0,0136	0,0194	0,0388	0,0042	0,0084	-0,0204
AE5	-0,3060	-0,2947	-0,3207	-0,3245	-0,3202	-0,3084	-0,3016	-0,3073	-0,2496	-0,3074	-0,3111	-0,3163	-0,2949	-0,3664
AE6	-0,0213	-0,0161	-0,0170	-0,0089	-0,0137	-0,0140	-0,0112	-0,0087	-0,0142	-0,0138	0,0362	-0,0133	-0,0104	-0,0007
AE7	-0,0056	-0,0045	-0,0030	-0,0034	-0,0043	-0,0042	-0,0037	-0,0034	-0,0047	-0,0044	0,0038	-0,0042	-0,0044	-0,0025
AE8	-0,0062	-0,0060	-0,0062	-0,0063	-0,0060	-0,0063	-0,0054	-0,0059	-0,0014	-0,0059	0,0010	-0,0059	-0,0052	-0,0070
AE9	-0,0110	-0,0105	-0,0114	-0,0108	-0,0103	-0,0108	-0,0089	-0,0100	-0,0050	-0,0087	-0,0108	-0,0088	-0,0090	-0,0114
AE10	-0,0045	-0,0035	-0,0049	-0,0049	-0,0049	-0,0048	-0,0046	-0,0047	-0,0038	-0,0032	-0,0045	-0,0047	-0,0044	-0,0056
AE11	-0,0081	-0,0079	0,0089	-0,0066	0,0014	-0,0077	0,0085	-0,0054	0,0006	-0,0043	-0,0043	-0,0038	0,0036	-0,0130
AE12	0,1362	-0,0742	-0,0916	-0,0774	-0,0802	-0,0812	-0,0740	-0,0792	-0,0071	-0,0532	-0,0417	-0,0479	-0,0214	-0,1008
AE13	-0,0244	-0,0236	-0,0256	-0,0249	-0,0255	-0,0246	-0,0239	-0,0244	-0,0205	-0,0245	-0,0220	-0,0243	-0,0236	-0,0286
AE14	-0,0889	-0,0857	-0,0955	-0,0957	-0,0949	-0,0919	-0,0895	-0,0922	-0,0762	-0,0908	-0,0917	-0,0871	-0,0870	-0,1083
AE15	-0,2849	-0,2646	-0,3112	-0,3147	-0,3108	-0,3006	-0,2934	-0,3045	-0,2568	-0,2999	-0,3039	-0,3024	-0,2903	-0,3557
AE16	-0,0057	-0,0054	-0,0059	-0,0057	-0,0058	-0,0056	-0,0054	-0,0055	-0,0044	-0,0056	-0,0047	-0,0057	-0,0054	-0,0065
AE17	-0,0142	-0,0134	-0,0139	-0,0145	-0,0138	-0,0140	-0,0134	-0,0132	-0,0076	-0,0108	-0,0107	-0,0126	-0,0123	-0,0163
AE18	-0,0774	-0,0940	-0,1214	-0,1194	-0,1177	-0,1222	-0,1086	-0,1140	-0,0721	-0,1090	-0,0919	-0,0985	-0,0932	-0,1308
AE19	0,9855	-0,0272	-0,0288	-0,0379	-0,0340	-0,0388	-0,0326	-0,0333	-0,0278	-0,0352	-0,0377	-0,0345	-0,0178	-0,0369
AE20	-0,0031	1,0447	0,0722	-0,0030	0,0113	0,0001	0,0040	0,0057	0,0011	0,0061	-0,0029	0,0018	0,0193	-0,0065
AE21	-0,0093	0,0044	1,0811	-0,0089	0,0031	-0,0101	-0,0065	-0,0119	-0,0138	-0,0054	-0,0101	-0,0151	0,0185	-0,0170
AE22	-0,0058	0,0131	0,0091	1,0108	0,0180	0,0089	0,0028	0,0077	-0,0040	0,0122	-0,0050	0,0375	-0,0017	0,0044
AE23	0,0086	0,0110	0,0238	-0,0120	1,0498	0,0427	0,0078	-0,0071	0,0261	0,0041	-0,0061	-0,0031	0,0115	-0,0294
AE24	0,0062	0,0078	0,0232	-0,0027	-0,0012	1,0688	0,0002	-0,0023	-0,0008	-0,0006	0,0018	-0,0022	-0,0009	-0,0046
AE25	0,0033	0,0157	0,0115	-0,0219	0,0317	0,0092	1,0049	-0,0134	0,0048	0,0242	0,0402	-0,0015	-0,0021	-0,0315
AE26	-0,0654	-0,0629	-0,0674	-0,0683	-0,0670	-0,0655	-0,0639	0,9344	-0,0568	-0,0644	-0,0668	-0,0674	-0,0638	-0,0763
AE27	-0,0389	-0,0367	-0,0398	-0,0394	-0,0394	-0,0380	-0,0369	-0,0379	0,9668	-0,0382	-0,0389	-0,0390	-0,0372	-0,0432
AE28	-0,0012	0,0004	-0,0008	-0,0004	-0,0007	-0,0007	-0,0005	-0,0004	-0,0011	1,0000	-0,0009	-0,0007	0,0002	0,0001
AE29	-0,0010	0,0001	-0,0003	-0,0025	-0,0018	-0,0004	0,0025	0,0019	0,0007	-0,0012	0,9958	-0,0016	0,0222	-0,0006
AE30	0,0033	-0,0021	0,0063	-0,0005	0,0027	-0,0024	-0,0006	0,0008	0,0089	0,0103	0,0043	1,0102	0,0051	-0,0003
AE31	-0,1054	-0,1009	-0,1098	-0,1112	-0,1097	-0,1056	-0,1033	-0,1072	-0,0901	-0,1058	-0,1068	-0,1087	0,8977	-0,1255
AE32	-0,0146	0,0010	0,0036	0,0242	0,0126	0,0089	0,0187	0,0365	-0,0054	0,0066	0,0021	0,0159	0,0038	1,0835
Família chefiada por mulheres	-0,0519	-0,0278	-0,0195	-0,0193	-0,0168	-0,0272	0,0043	0,0691	0,0096	-0,0281	-0,0150	0,0035	-0,0003	0,1924
Família chefiada por homens	0,0199	0,0565	0,0548	0,1614	0,0960	0,0963	0,0890	0,0617	-0,0458	0,0863	0,0387	0,0758	0,0203	0,0778
Assalariadas M	-0,0464	-0,0202	0,0159	-0,0697	0,0055	-0,0490	0,0803	0,3037	0,1440	-0,0361	0,0016	0,0784	0,1223	-0,0868
Assalariados H	0,0177	-0,0503	-0,0617	-0,1692	-0,0485	-0,1206	0,1315	0,1361	-0,0092	-0,0423	-0,0658	-0,0376	0,2380	-0,2037
Empregadoras M	-0,0015	-0,0017	-0,0021	-0,0025	0,0066	-0,0024	0,0047	0,0021	0,0049	0,0004	0,0164	0,0022	-0,0017	-0,0035
Empregadores H	-0,0049	-0,0073	-0,0108	-0,0158	0,0380	-0,0141	0,0072	-0,0143	0,0065	0,0108	0,0092	0,0168	-0,0132	-0,0208
Autônomas M	-0,0031	-0,0032	-0,0032	-0,0043	0,0076	-0,0039	0,0036	-0,0016	0,0161	0,0040	0,0097	0,0098	-0,0031	-0,0053
Autônomos H	0,0274	-0,0155	-0,0158	-0,0202	0,0382	-0,0172	0,0212	-0,0158	0,0053	0,0002	-0,0088	0,0332	-0,0164	-0,0252
Sem remuneração M	-0,0018	-0,0014	-0,0020	-0,0025	0,0001	-0,0024	0,0013	-0,0012	0,0022	-0,0004	0,0119	-0,0001	-0,0006	-0,0029
Sem remuneração H	-0,0013	-0,0017	-0,0020	-0,0021	0,0004	-0,0019	0,0012	-0,0013	0,0024	-0,0011	0,0033	0,0003	-0,0009	-0,0023
Rendimento de capital privado	0,1297	0,2679	0,2617	0,5845	0,1639	0,4312	-0,0632	-0,2136	-0,1095	0,2624	0,1846	0,0965	-0,2144	-0,3574
TD Não Remunerada M	-0,0099	0,0007	0,0025	0,0164	0,0085	0,0060	0,0127	0,0247	-0,0037	0,0045	0,0014	0,0108	0,0026	0,7328
TD Não Remunerado H	-0,0047	0,0003	0,0012	0,0078	0,0041	0,0029	0,0061	0,0118	-0,0018	0,0022	0,0007	0,0051	0,0012	0,3508
Total	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

TABELA 7.1 MATRIZ DE REDISTRIBUIÇÃO DA RENDA PARA O MÉXICO NO ANO DE 2008 (3/3)

Contas endógenas	Família chefiada por mulheres	Família chefiada por homens	Assalariadas M	Assalariados H	Empregadoras M	Empregadores H	Autônomas M	Autônomos H	Sem remuneração M	Sem remuneração H	Rendimento de capital privado	TD Não Remunerada M	TD Não Remunerado H	Renda redistribuída total
AE1	-0,0050	-0,0019	-0,0148	-0,0140	-0,0147	-0,0137	-0,0147	-0,0137	-0,0149	-0,0140	-0,0138	-0,0151	-0,0137	0,8722
AE2-AE3	-0,1317	-0,1025	-0,1386	-0,1305	-0,1325	-0,1234	-0,1330	-0,1238	-0,1391	-0,1303	-0,1210	-0,1409	-0,1284	-3,3451
AE4	-0,0037	-0,0015	-0,0114	-0,0108	-0,0113	-0,0106	-0,0113	-0,0106	-0,0115	-0,0108	-0,0107	-0,0116	-0,0107	1,0063
AE5	-0,3338	-0,2677	-0,3319	-0,3136	-0,3163	-0,2958	-0,3175	-0,2967	-0,3331	-0,3133	-0,2888	-0,3371	-0,3089	-11,3669
AE6	0,0504	0,0457	0,0235	0,0222	0,0210	0,0196	0,0211	0,0196	0,0236	0,0222	0,0179	0,0239	0,0219	1,1927
AE7	0,0057	0,0069	0,0019	0,0023	0,0016	0,0020	0,0016	0,0020	0,0019	0,0023	0,0016	0,0019	0,0023	0,8911
AE8	-0,0042	-0,0031	-0,0053	-0,0050	-0,0051	-0,0047	-0,0051	-0,0048	-0,0053	-0,0050	-0,0047	-0,0053	-0,0049	1,0005
AE9	-0,0056	-0,0039	-0,0080	-0,0076	-0,0078	-0,0073	-0,0078	-0,0073	-0,0081	-0,0076	-0,0072	-0,0082	-0,0074	0,6711
AE10	-0,0046	-0,0032	-0,0047	-0,0043	-0,0045	-0,0041	-0,0045	-0,0041	-0,0047	-0,0043	-0,0041	-0,0048	-0,0042	1,0639
AE11	-0,0074	-0,0053	-0,0096	-0,0090	-0,0093	-0,0086	-0,0093	-0,0087	-0,0096	-0,0090	-0,0086	-0,0098	-0,0089	0,9971
AE12	-0,0410	-0,0229	-0,0659	-0,0609	-0,0643	-0,0587	-0,0644	-0,0589	-0,0663	-0,0608	-0,0590	-0,0674	-0,0596	-3,3185
AE13	-0,0244	-0,0174	-0,0246	-0,0227	-0,0235	-0,0214	-0,0236	-0,0215	-0,0247	-0,0226	-0,0211	-0,0251	-0,0222	0,2388
AE14	-0,0948	-0,0748	-0,0960	-0,0905	-0,0916	-0,0854	-0,0920	-0,0857	-0,0964	-0,0904	-0,0836	-0,0976	-0,0891	-2,0760
AE15	-0,3196	-0,2453	-0,3172	-0,2966	-0,3025	-0,2795	-0,3039	-0,2805	-0,3185	-0,2963	-0,2741	-0,3230	-0,2913	-10,9818
AE16	-0,0055	-0,0032	-0,0053	-0,0047	-0,0051	-0,0044	-0,0052	-0,0044	-0,0054	-0,0047	-0,0044	-0,0055	-0,0045	0,7892
AE17	-0,0128	-0,0105	-0,0139	-0,0133	-0,0133	-0,0126	-0,0134	-0,0126	-0,0140	-0,0133	-0,0123	-0,0141	-0,0131	0,4653
AE18	-0,0537	-0,0297	-0,0856	-0,0790	-0,0835	-0,0760	-0,0839	-0,0764	-0,0861	-0,0789	-0,0765	-0,0875	-0,0773	-2,1010
AE19	0,0110	0,0083	-0,0137	-0,0145	-0,0142	-0,0151	-0,0142	-0,0150	-0,0137	-0,0145	-0,0152	-0,0135	-0,0147	-0,0198
AE20	0,0138	0,0126	0,0033	0,0030	0,0026	0,0022	0,0026	0,0022	0,0033	0,0029	0,0018	0,0034	0,0029	1,0682
AE21	0,0002	0,0101	-0,0057	-0,0029	-0,0059	-0,0029	-0,0061	-0,0030	-0,0059	-0,0029	-0,0041	-0,0065	-0,0022	0,7668
AE22	0,0800	0,0635	0,0377	0,0331	0,0339	0,0288	0,0342	0,0291	0,0380	0,0330	0,0272	0,0389	0,0319	1,3288
AE23	-0,0150	-0,0124	-0,0215	-0,0208	-0,0208	-0,0200	-0,0208	-0,0200	-0,0215	-0,0207	-0,0196	-0,0217	-0,0206	0,7682
AE24	-0,0019	-0,0010	-0,0030	-0,0028	-0,0029	-0,0027	-0,0030	-0,0027	-0,0030	-0,0028	-0,0027	-0,0031	-0,0027	1,0808
AE25	-0,0162	-0,0107	-0,0223	-0,0208	-0,0216	-0,0199	-0,0217	-0,0200	-0,0224	-0,0208	-0,0199	-0,0228	-0,0204	0,9086
AE26	-0,0647	-0,0499	-0,0664	-0,0623	-0,0634	-0,0589	-0,0637	-0,0591	-0,0667	-0,0623	-0,0577	-0,0676	-0,0613	-1,6188
AE27	-0,0332	-0,0265	-0,0364	-0,0345	-0,0348	-0,0327	-0,0349	-0,0328	-0,0365	-0,0345	-0,0320	-0,0369	-0,0340	-0,5067
AE28	0,0027	0,0032	0,0015	0,0016	0,0014	0,0015	0,0013	0,0015	0,0015	0,0016	0,0013	0,0015	0,0017	0,9907
AE29	0,0156	0,0153	0,0074	0,0073	0,0066	0,0065	0,0066	0,0065	0,0074	0,0073	0,0059	0,0075	0,0073	1,0144
AE30	0,0140	0,0133	0,0067	0,0065	0,0060	0,0057	0,0060	0,0058	0,0067	0,0065	0,0052	0,0067	0,0064	1,0799
AE31	-0,1144	-0,0917	-0,1137	-0,1074	-0,1083	-0,1013	-0,1087	-0,1016	-0,1141	-0,1073	-0,0989	-0,1154	-0,1058	-3,2728
AE32	0,3226	0,1452	0,1542	0,1051	0,1419	0,0871	0,1453	0,0894	0,1574	0,1042	0,0936	0,1681	0,0923	2,4227
Família chefiada por mulheres	0,9950	-0,0361	0,3095	0,0243	0,2838	-0,0348	0,3034	-0,0210	0,3281	0,0192	0,0419	0,3905	-0,0500	1,7070
Família chefiada por homens	-0,1644	0,8190	0,2277	0,4998	0,2116	0,5154	0,1929	0,5023	0,2100	0,5046	0,4076	0,1505	0,5707	4,2222
Assalariadas M	-0,0623	-0,0466	0,9298	-0,0659	-0,0674	-0,0625	-0,0677	-0,0627	-0,0705	-0,0658	-0,0616	-0,0715	-0,0647	0,0354
Assalariados H	-0,1509	-0,1155	-0,1676	0,8422	-0,1606	-0,1497	-0,1613	-0,1501	-0,1682	-0,1576	-0,1471	-0,1703	-0,1552	-1,9787
Empregadoras M	-0,0013	-0,0007	-0,0022	-0,0021	0,9978	-0,0020	-0,0022	-0,0022	-0,0021	-0,0020	-0,0020	-0,0023	-0,0020	1,0083
Empregadores H	-0,0129	-0,0095	-0,0160	-0,0150	-0,0154	0,9857	-0,0154	-0,0144	-0,0160	-0,0150	-0,0141	-0,0162	-0,0148	0,8370
Autônomas M	-0,0021	-0,0012	-0,0035	-0,0032	-0,0034	-0,0031	0,9966	-0,0031	-0,0035	-0,0032	-0,0031	-0,0035	-0,0032	1,0273
Autônomos H	-0,0160	-0,0121	-0,0195	-0,0185	-0,0188	-0,0176	-0,0189	0,9823	-0,0196	-0,0184	-0,0174	-0,0198	-0,0182	0,7623
Sem remuneração M	-0,0010	-0,0005	-0,0018	-0,0017	-0,0018	-0,0016	-0,0018	-0,0016	0,9982	-0,0017	-0,0016	-0,0018	-0,0016	1,0095
Sem remuneração H	-0,0009	-0,0005	-0,0015	-0,0014	-0,0014	-0,0013	-0,0014	-0,0013	0,9986	-0,0013	-0,0013	-0,0015	-0,0014	1,0239
Rendimento de capital privado	-0,1287	-0,0802	-0,2297	-0,2163	-0,2242	-0,2092	-0,2252	-0,2099	-0,2306	-0,2160	0,7908	-0,2335	-0,2128	0,9132
TD Não Remunerada M	0,2182	0,0982	0,1043	0,0711	0,0960	0,0589	0,0982	0,0605	0,1064	0,0705	0,0633	1,1137	0,0624	2,6385
TD Não Remunerado H	0,1044	0,0470	0,0499	0,0340	0,0459	0,0282	0,0470	0,0290	0,0509	0,0337	0,0303	0,0544	1,0299	1,7842
Total	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Fonte: Elaboração própria.

**TABELA 7.2 EFEITOS REDISTRIBUTIVOS TOTAIS DO PRONAFIM POR GÊNERO,
SEM FINANCIAMENTO**

Contas endógenas	Efeitos redistributivos totais*	
	Homens	Mulheres
AE1	118,98	134,10
AE2-AE3	-35,44	-500,02
AE4	0,60	32,08
AE5	-60,14	-1.226,87
AE6	10,65	293,71
AE7	-0,99	-7,27
AE8	-0,22	196,60
AE9	-0,63	158,10
AE10	0,89	-2,69
AE11	-0,05	4,10
AE12	-9,55	-206,22
AE13	-3,43	-66,70
AE14	-17,82	-350,73
AE15	-92,36	-1.190,08
AE16	2,91	-18,21
AE17	-2,77	-14,24
AE18	35,84	1.761,37
AE19	7,75	-127,35
AE20	-1,15	-9,55
AE21	-2,73	-41,74
AE22	1,61	57,21
AE23	7,31	30,70
AE24	-0,19	4,30
AE25	6,98	108,46
AE26	-19,47	-237,12
AE27	-9,13	-81,75
AE28	3,72	22,55
AE29	9,09	490,08
AE30	28,95	314,56
AE31	-32,90	-422,15
AE32	-0,59	18,92
Família chefiada por mulheres	-10,38	-68,32
Família chefiada por homens	16,11	224,15
Assalariadas M	-8,32	-36,17
Assalariados H	-11,63	-261,93
Empregadoras M	1,04	38,30
Empregadores H	6,53	46,25
Autônomas M	1,51	59,62
Autônomos H	7,30	17,33
Sem remuneração M	1,65	32,28
Sem remuneração H	3,65	15,64
Rendimento de capital privado	47,39	789,77
TD Não Remunerada M	-0,40	12,80
TD Não Remunerado H	-0,19	6,12
Total	0,00	0,00

* Valores em milhões de pesos constantes de 2008.

Fonte: Elaboração própria.

Por sua vez, as famílias chefiadas por mulheres são prejudicadas em seu posicionamento quando se comparam com as famílias chefiadas por homens. Quanto aos fatores produtivos, os únicos que perdem na redistribuição da renda são os homens e as mulheres assalariados, enquanto todos os demais melhoram sua posição na distribuição de renda.

7.2. Redistribuição de renda com financiamento: imposto aos setores econômicos

Neste exercício faremos o mesmo que no caso da análise com os multiplicadores contábeis. Para isso, serão levados em consideração dois tipos de impostos aplicados aos setores econômicos com a motivação de financiar o montante de auxílio outorgado às mulheres participantes no programa (4.039,46 milhões de pesos). O primeiro destes impostos é do tipo soma fixa e, o segundo, do tipo taxa fixa. Desta forma, sob o primeiro esquema os setores econômicos pagariam um montante equivalente a 134,65 milhões de pesos cada um, enquanto sob o segundo, os setores econômicos pagariam uma taxa fixa de 0,020% cada um. Estes dados são mostrados na tabela 6.3.

Sob o esquema de financiamento de imposto de soma fixa sobre os setores produtivos, a economia em geral experimenta uma redistribuição de recursos que chega a 3.831,76 milhões de pesos. Quanto aos efeitos redistributivos totais gerados sobre as contas endógenas, podemos observar na tabela 7.3 que os setores econômicos cujo posicionamento é beneficiado na distribuição da renda são o comércio (AE18), que absorve 1.895,49 milhões de pesos, seguido pelo de alojamento temporário e de produção de alimentos e bebidas (AE29), com 367,88 milhões de pesos.

Em contrapartida, os setores econômicos majoritariamente afetados são o da mineração (AE2-AE3), cujo posicionamento piora 297 milhões de pesos, e o setor da construção (AE5), pois o financiamento do auxílio às mulheres custa a ele 291,63 milhões de pesos.

Apesar das famílias chefiadas por mulheres e por homens serem beneficiadas, assim como nos casos anteriores, as famílias chefiadas por mulheres não são tão beneficiadas quanto aquelas chefiadas por homens. Por sua parte, os fatores produtivos também resultam beneficiados, com a exceção dos homens e mulheres trabalhadores assalariados.

Com o tipo de imposto de taxa fixa, a economia redistribui um montante total de 3.868,24 milhões de pesos, derivados dos auxílios outorgados pelo Pronafim a mulheres. A tabela 7.3 mostra que os setores econômicos mais favorecidos são os mesmos que os que têm um imposto de soma fixa: o comércio (AE18), com 1.576,33 milhões de pesos redistribuídos a seu favor, e o de alojamento temporário e de produção de alimentos e bebidas (AE29), com 425,01 milhões de pesos absorvidos pela redistribuição.

TABELA 7.3. EFEITOS REDISTRIBUTIVOS TOTAIS DO AUXÍLIO OUTORGADO A MULHERES PELO PRONAFIM COM FINANCIAMENTO DOS SETORES ECONÔMICOS

Contas endógenas	Imposto aos setores econômicos*	
	Efeito imposto de soma fixa	Efeito com imposto de taxa fixa
AE1	-8,99	37,29
AE2-AE3	-297,00	-477,89
AE4	-123,20	-57,10
AE5	-291,63	-588,52
AE6	177,80	88,67
AE7	-123,02	-31,81
AE8	52,57	192,43
AE9	53,58	159,37
AE10	-154,29	-5,36
AE11	-147,14	-23,86
AE12	-277,93	-486,69
AE13	-142,40	-58,29
AE14	-243,04	-273,54
AE15	-277,45	-616,22
AE16	-133,73	-12,34
AE17	-101,85	7,79
AE18	1.895,49	1.576,33
AE19	-148,35	-242,81
AE20	-146,65	-101,15
AE21	-152,38	-135,83
AE22	-52,52	-229,55
AE23	-111,07	-40,76
AE24	-146,45	-22,01
AE25	-53,08	-0,42
AE26	-137,69	-116,51
AE27	-78,56	-19,54
AE28	-107,83	12,50
AE29	367,88	425,01
AE30	181,95	252,51
AE31	-185,31	-192,92
AE32	81,83	88,59
Família chefiada por mulheres	71,61	83,03
Família chefiada por homens	291,90	305,83
Assalariadas M	-31,00	13,73
Assalariados H	-159,19	-135,12
Empregadoras M	33,33	32,74
Empregadores H	39,93	42,54
Autônomas M	49,89	52,12
Autônomos H	14,64	16,04
Sem remuneração M	27,87	27,38
Sem remuneração H	9,85	11,45
Rendimento de capital privado	399,81	354,30
TD Não Remunerada M	55,34	59,91
TD Não Remunerado H	26,49	28,68
Total	0,00	0,00

* Valores em milhões de pesos constantes de 2008.

Fonte: Elaboração própria.

Em sentido contrário, os setores mais afetados são o de fabricação de maquinaria e equipamentos, fabricação de equipamentos de computação, comunicação, medição e de outros equipamentos, entre outros (AE15), com uma redução de 616,22 milhões de pesos, e o da construção (AE5), prejudicado em 588,52 milhões de pesos

Quanto às famílias chefiadas por homens e por mulheres, se repete a mesma situação do caso anterior, pois mesmo que ambas sejam beneficiadas e a mulher é quem recebe o auxílio do Pronafim, são as famílias chefiadas por mulheres as menos beneficiadas na redistribuição da renda nacional, enquanto os fatores produtivos são beneficiados em seu posicionamento, exceto o trabalho dos homens assalariados.

7.3. Redistribuição de renda com financiamento: imposto às famílias

Como mostra a tabela 7.4, quando se aplica um imposto às famílias de acordo com o ISRL trabalhista que homens e mulheres pagam para que o programa possa outorgar os microcréditos às mulheres, o sistema econômico mexicano redistribui um montante de 5,485.07 milhões de pesos, e os setores cujo posicionamento é beneficiado na distribuição da renda são, além do comércio (AE18), com 1,898.86 milhões de pesos, o de serviços de alojamento temporário e de produção de alimentos e bebidas (AE29) e o de outros serviços, exceto atividades governamentais (AE30), com 428,12 e 260,25 milhões de pesos, respectivamente.

Em sentido contrário, os setores mais afetados são o trabalho doméstico não remunerado (AE32), seguido pelo de serviços imobiliários e de aluguel de bens móveis e intangíveis (AE22), cada um com uma perde de 696,78 e 211,38 milhões de pesos, respectivamente.

Quanto às famílias chefiadas por mulheres e por homens, são as chefiadas por homens as mais afetadas em comparação às chefiadas por mulheres, enquanto os fatores produtivos melhoram seu posicionamento.

Quando analisamos o imposto às famílias do tipo soma fixa, o sistema econômico redistribui uma quantidade maior que a anterior, pois neste caso o montante redistribuído é equivalente aos 5.697,41 milhões de pesos. Deste montante redistribuído, além de o setor do comércio (AE18) ser beneficiado uma vez mais, com 1.929,84 milhões de pesos.

Ao contrário do caso anterior, quando se aplica um imposto de soma fixa às famílias, aquelas chefiadas por mulheres são as mais prejudicadas em comparação às chefiadas por homens, enquanto o trabalho e o capital não são prejudicados, com a exceção do tipo de trabalho doméstico não remunerado de homens e mulheres, e é o destas últimas o que é afetado em maior proporção.

TABELA 7.4 EFEITOS REDISTRIBUTIVOS TOTAIS DO AUXÍLIO OUTORGADO A MULHERES PELO PRONAFIM COM FINANCIAMENTO DAS FAMÍLIAS

Contas endógenas	Imposto às famílias	
	Efeito com imposto sobre renda laboral de taxa fixa	Efeito com imposto sobre renda laboral de soma fixa
AE1	144,08	148,11
AE2-AE3	-64,83	-27,04
AE4	39,69	42,55
AE5	-97,24	-11,85
AE6	105,83	99,69
AE7	-34,20	-32,75
AE8	209,87	211,25
AE9	175,08	177,29
AE10	11,39	13,15
AE11	26,90	29,59
AE12	-100,39	-77,01
AE13	8,77	17,74
AE14	-33,94	-8,16
AE15	-145,12	-49,16
AE16	-3,74	-0,68
AE17	29,79	32,82
AE18	1.898,86	1.929,84
AE19	-162,68	-166,22
AE20	-61,15	-62,73
AE21	-75,40	-62,61
AE22	-211,38	-232,61
AE23	82,76	86,12
AE24	8,93	10,08
AE25	155,72	162,84
AE26	-24,74	-5,64
AE27	30,20	38,88
AE28	10,11	10,68
AE29	428,12	427,66
AE30	260,25	259,37
AE31	-35,24	-5,98
AE32	-696,78	-925,99
Família chefiada por mulheres	-673,30	-2.005,09
Família chefiada por homens	-2.368,15	-1.097,91
Assalariadas M	163,58	183,88
Assalariados H	230,40	276,12
Empregadoras M	41,52	42,25
Empregadores H	87,26	91,66
Autônomas M	65,18	66,32
Autônomos H	68,97	73,97
Sem remuneração M	34,70	35,32
Sem remuneração H	18,01	18,45
Rendimento de capital privado	1.149,11	1.211,78
TD Não Remunerada M	-471,23	-626,24
TD Não Remunerado H	-225,55	-299,75
Total	0,00	0,00

* Valores em milhões de pesos constantes de 2008.

Fonte: Elaboração própria.

8. Conclusões

Um dos objetivos propostos pela atual administração federal foi o de criar auxílios para fomentar a participação das mulheres na atividade produtiva e, dessa forma, atenuar a desigualdade de gênero existente no país. É assim que ganham importância auxílios como o Pronafim, que consiste em outorgar créditos aos microempresários mexicanos – homens e mulheres – de baixa renda. Especialmente no ano de 2016, 93% do auxílio foi distribuído, majoritariamente, a microempresárias.

Com a aplicação do modelo de multiplicadores contábeis, esta pesquisa quantifica a renda expandida e redistribuída do Pronafim na economia mexicana, com um enfoque de gênero. O modelo permite determinar quais são os setores econômicos, os fatores produtivos e os tipos de famílias que são mais beneficiados pelo programa, e quais são os que melhoram seu posicionamento na distribuição de renda do país.

Os resultados indicam que o Pronafim dado a mulheres expande principalmente a renda vinculada às seguintes atividades econômicas: comércio (AE18), famílias com trabalho doméstico não remunerado (AE32), serviços imobiliários e de aluguel de bens imóveis (AE22) e indústria da alimentação (AE6). Estes setores se destacam porque contam com uma alta presença de microempresárias, ou porque são relevantes fornecedores de insumos intermediários; por exemplo, o setor do comércio concentra 52,61% das microempresárias, e além disso é o principal fornecedor de serviços para os setores produtivos.

Uma reflexão especial deve ser feita sobre o resultado observado no setor das famílias com trabalho doméstico não remunerado das mulheres, que ocupa um dos primeiros lugares em termos do valor econômico gerado pelo Pronafim. Este resultado nos indica a importância que têm os trabalhos domésticos como complemento das atividades produtivas. Lembremos que no modelo de multiplicadores contábeis, assume-se que há uma complementariedade entre os insumos intermediários e os fatores produtivos, isto é, são necessários em proporções fixas tanto insumos intermediários quanto trabalho produtivo e trabalho doméstico não remunerado.

Quanto aos fatores primários, o programa beneficia em maior medida a receita paga ao setor capital e aos assalariados. Por tipo de ocupação, se expande mais a renda dos assalariados, autônomos e empregadores homens que a das mulheres. Em contraste, o valor econômico do trabalho não remunerado se expande mais do que o dos homens.

O Pronafim incrementa em maior medida a renda das famílias chefiadas por homens que as chefiadas por mulheres. Isto é uma consequência da renda no país estar mais concentrada nas famílias chefiadas por homens, devido a que, em termos relativos, os homens têm uma maior participação laboral do que as mulheres, e que poucas mulheres se declaram chefes de família pelo papel do gênero observado no país.

Em relação à renda redistribuída, as atividades produtivas que melhoram em maior medida seu posicionamento na distribuição de renda são o comércio (AE18); os

serviços de alojamento temporário e de produção de alimentos e bebidas (AE29); o setor de outros serviços, exceto atividades governamentais (AE30); e a indústria de alimentos (AE6). Além disso, melhoram seu posicionamento todos os outros tipos de ocupação, exceto os assalariados, e apenas as famílias chefiadas por homens, mesmo que cerca de 93% do programa tenham sido destinados a microempresárias.

Foram realizados quatro exercícios adicionais, usando diferentes formas de financiamento do Pronafim: imposto de taxa fixa à produção dos setores econômicos; imposto de soma fixa à produção dos setores econômicos; imposto à renda trabalhista de taxa fixa a famílias; e imposto à renda trabalhista de soma fixa a famílias. Os resultados sugerem que, em termos de renda expandida e redistribuída, a melhor forma de financiar o Pronafim é com um imposto de taxa uniforme aplicada à produção de todos os setores da economia, uma vez que esta opção gera uma maior expansão da renda total da economia e das famílias, e melhora o posicionamento na distribuição do rendimento de ambos tipos de famílias, ainda que melhorem mais a posição das famílias chefiadas por homens que por mulheres.

Para finalizar, é importante alertar que estes resultados são uma primeira aproximação aos efeitos do Pronafim. Devido a que não há informações sobre a atividade produtiva dos microempresários beneficiados, a distribuição do auxílio por setor econômico foi aproximada à distribuição do trabalho autônomo por gênero, dado tirado da ENOE do segundo trimestre de 2008.

Também é necessário esclarecer que os resultados do modelo são válidos a curto prazo, numa conjuntura de preços fixos e capacidade ociosa, o que quer dizer que os preços não reagem a injeções de recursos ou mudanças na demanda. Além disso, a técnica de produção e os padrões de renda e gasto das famílias é fixa no modelo. Nesse contexto, como futura linha de pesquisa propõe-se construir um modelo de equilíbrio geral computável, que aceite mudanças nos preços, substituição entre fatores primários (tipos de ocupação, capital e trabalho doméstico não remunerado) e redistribuição de recursos entre setores econômicos.

9. Referências

- Aguayo, E., Chapa, J., Ramírez, N. e Rangel, E. (2009). Análisis de la generación y redistribución del ingreso en México a través de una matriz de contabilidad social. *Estudios Económicos*, edição extraordinária, pgs. 225-311.
- Arellano, P. e Chapa, J. (2017). Efecto del precio de la electricidad en los hogares mexicanos con perspectiva de género y condición de pobreza. *Análisis Económico*, XXXIII(80), 69-92.
- Ayala, E. e Chapa, J. (2017). *Efectos del declive de la producción petrolera en la región Golfo-Sureste: Un análisis con la matriz de contabilidad social* (Documento de trabalho). Universidad Autónoma de Nuevo León/Instituto Tecnológico de Monterrey.
- Cardenete, M. e Sancho, F. (2002). Evaluación de multiplicadores contables en el marco de una matriz de contabilidad social regional. *Investigaciones Regionales*, 2, pgs. 121-139.

- Chapa, J. e Ortega, A. (2017). Identifying the main emitters of CO₂ in Mexico: A multi-sectoral study. *Economía*, 17(2), pgs. 135-172.
- Chapa, J. e Ramírez, N. (2017). *Construcción de matrices de contabilidad social nacional y por regiones de México con enfoque de género* (Documento de trabalho). Universidad Autónoma de Nuevo León, Facultad de Economía.
- Chapa, J. e Rangel, E. (2010). Análisis de la estructura productiva y de ingreso-gasto del estado de Nuevo León para el año 2004. *Econoquantum*, 6(2), pgs. 55-80.
- Chapa, J., Luna, E. e Enríquez, S. (novembro, 2016). Los efectos del Fonart en la Región Sur-Sureste de México con enfoque de género. *Boletín Mensual del Centro de Investigaciones Económicas*, pgs. 3-7.
- Cutrim, A. e Ferreira, D. (outubro, 2015). The importance of financial institutions for the development of the Brazilian Amazon: An application of the social accounting matrix. *Revista de Análisis Económico*, 30(2), pgs. 45-78.
- Debowicz, D. e Golan, J. (2014). The impact of Oportunidades on human capital and income distribution in Mexico: A top-down/bottom-up approach. *Journal of Policy Modeling*, 36(1), pgs. 24-42. doi:<http://dx.doi.org/10.1016/j.jpolmod.2013.10.014>
- Defourny, J. e Thorbecke, E. (março, 1984). Structural path analysis and multiplier decomposition within a Social Accounting Matrix Framework. *The Economic Journal*, 94(373), pgs. 111-136. doi:10.2307/2232220
- Diario Oficial de la Federación. (2001). *Acuerdo por el que se dan a conocer las Reglas de Operación del Fondo para la Micro, Pequeña y Mediana Empresa*. Disponível em: http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=772193&fecha=19/02/2001
- Diario Oficial de la Federación. (2002a). *Acuerdo por el que se determinan las Reglas de Operación del Programa Nacional de Financiamiento al Microempresario para el ejercicio fiscal 2002*. Disponível em: <http://www.dof.gob.mx/index.php>
- Diario Oficial de la Federación. (2002b). *Acuerdo por el que se determinan las Reglas de Operación del Fideicomiso Fondo de Microfinanciamiento a Mujeres Rurales para el ejercicio fiscal 2002*. Disponível em: http://dof.gob.mx/nota_detalle_popup.php?codigo=735351
- Diario Oficial de la Federación. (2015). *Reglas de Operación del Programa Nacional de Financiamiento al Microempresario y a la Mujer Rural para el ejercicio fiscal 2016*. Disponível em: http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5421617&fecha=29/12/2015
- Fontana, M. e Wobst, P. (2001). *A gendered 1993-94 social accounting matrix for Bangladesh*. (TDM Discussion Paper, 74). International Food Policy Research Institute (IFPRI).
- Fuentes, P., Mainar, A. e Cardenete, A. (outubro-dezembro, 2015). Análisis multisectorial del papel del sector exterior en la economía española. *Investigación Económica*, 74(294), pgs. 135-153.
- Germán-Soto, V. e Chapa, J. (2015). Cointegration with structural changes between per capita product and income inequality in Mexico. *Applied Economics*, 47(49), pgs. 5215-5228. doi:<http://dx.doi.org/10.1080/00036846.2015.1044649>
- INEGI. (2011). *Los hombres y las mujeres en las actividades económicas: Censos Económicos 2009*. Aguascalientes: Autor.
- Inmujeres. (2008). *Desigualdad de género en el trabajo*. México: Autor.
- Kehoe, T., Manresa, A., Polo, C. e Sancho, F. (1988). Una matriz de contabilidad social de la economía española. *Estadística Española*, 30(117), pgs. 5-33.

- Kehoe, T., Manresa, A., Polo, C., Noyola, P., Sancho, F. e Serra Puche, J. (1986). *A Social Accounting System for Spain* [Working Paper 66.86]. Universidad Autónoma de Barcelona, Departamento de Economía e Historia Económica.
- Llop, M. e Manresa, A. (2003). *Análisis de multiplicadores lineales en una economía regional abierta* (Documento de Trabajo, Série Economía E2003/21). Fundación Centro de Estudios Andaluces.
- Mardones, C. e Saavedra, J. [junio, 2011]. Matriz de contabilidad social extendida ambientalmente para análisis económico de la región del Bio Bio. *Revista de Análisis Económico*, 26(1), pgs. 17-51.
- Miguel Vélez, F. J. de, Manresa, A. e Ramajo, J. (1998). Matriz de contabilidad social y multiplicadores contables: una aplicación para Extremadura. *Estadística Española*, 40(143), pgs. 195-232.
- Polo, C., Roland-Holst, D. e Sancho, F. (1990). Distribución de la renta en un modelo SAM de la economía española. *Estadística Española*, 32(125), pgs. 537-556.
- Polo, C., Roland-Holst, D. e Sancho, F. (1991). Descomposición de multiplicadores en un modelo multisectorial: Una aplicación al caso español. *Investigaciones Económicas*, 15(1), segunda época, pgs. 53-69.
- Pyatt, G. e Round, J. [dezembro, 1979]. Accounting and fixed price multipliers in a social accounting matrix framework. *The Economic Journal*, 89(356), pgs. 850-873. doi:10.2307/2231503
- Secretaría de Economía. (s.f.). *Primer Informe de Labores Histórico 2006-2012*. Disponível em: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/32506/l_Inf_Labores_2007.pdf
- Secretaría de Economía. (2012). *Sexto Informe de Labores*. Disponível em: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/32518/6_informe.pdf
- Secretaría de Economía. (2016). *Cuarto Informe de Labores 2015-2016*. Disponível em: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/133498/Informe_de_Labores_SE_2015-2016_VF.pdf
- Siddiqi, R. (inverno, 2005). Modelling gender dimensions of the impact of economic reforms on time allocation among market, household and leisure activities in Pakistan. *The Pakistan Development Review*, 44(4), pgs. 615-639.
- Thorbecke, E. e Jung, H.-S. (1996). A multiplier decomposition method to analyze poverty alleviation. *Journal of Development Economics*, 48, pgs. 289-300.
- Wanjala, B. e Were, M. [julho, 2009]. Gender disparities and economic growth in Kenya: A Social Accounting Matrix approach. *Feminist Economics*, 15(3), pgs. 227-251.
- Yúnez, A. e González, S. [abril-junho, 2008]. Efectos multiplicadores de las actividades productivas en el ingreso y pobreza rural en México. *El Trimestre Económico*, 2(298), pgs. 349-377.